

UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA
PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL

JONAS FELIPE RECALCATTI

A EDUCAÇÃO SUPERIOR EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS E AS RELAÇÕES COM
A SUCESSÃO GERACIONAL DE JOVENS

MARECHAL CÂNDIDO RONDON
2024

JONAS FELIPE RECALCATTI

**A EDUCAÇÃO SUPERIOR EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS E AS RELAÇÕES COM
A SUCESSÃO GERACIONAL DE JOVENS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável do Centro de Ciências Agrárias da Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento Rural Sustentável.

Prof. Dr. Armin Feiden

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2024

Dedico a minhas duas mães, Aide e Zelfira (*in memoriam*) e ao meu pai Juarez (*in memoriam*). O amor que sinto por vocês é infinito.

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Recalcatti, Jonas Felipe

A Educação Superior em Ciências Agrárias e as Relações com a Sucessão Geracional de Jovens / Jonas Felipe Recalcatti; orientadora Armin Feiden. -- Marechal Cândido Rondon, 2024. 91 p.

Tese (Doutorado Campus de Marechal Cândido Rondon) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, 2024.

1. Sucessão rural. 2. Ciências agrárias. 3. Ensino Superior. I. Feiden, Armin, orient. II. Título.



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Reitoria
CNPJ 78.680.337/0001-84
Rua Universitária, 1619, Jardim Universitário
Tel.: (45) 3220-3000 - www.unioeste.br
CEP: 85819-110 - Cx. P.: 701
Cascavel - PARANÁ



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE JONAS FELIPE RECALCATTI, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ao(s) 3 dia(s) do mês de junho de 2024 às 13h30min, na modalidade remota síncrona, por meio de chamada de videoconferência, realizou-se a sessão pública da Defesa de Tese do(a) candidato(a) Jonas Felipe Recalcatti, aluno(a) do Programa de Pós -Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável - nível de Doutorado, na área de concentração em Desenvolvimento Rural Sustentável. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Armin Feiden, Alessandra Matte, Nardel Luiz Soares da Silva, Márcia Hanzen, Adriana Maria de Grandi. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Armin Feiden. Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) aluno(a) foi admitido(a) à Defesa de TESE DE DOUTORADO, intitulada: "A EDUCAÇÃO SUPERIOR EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS E AS RELAÇÕES COM A SUCESSÃO GERACIONAL DE JOVENS". O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Tese. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Alessandra Matte, Nardel Luiz Soares da Silva, Márcia Hanzen, Adriana Maria de Grandi. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Tese. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado(a)**. A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. E, para constar, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon, lavra a presente ata, e assina juntamente com os membros da Comissão Examinadora e o(a) candidato(a).

Documento assinado digitalmente

gov.br

ARMIN FEIDEN

Data: 05/06/2024 11:38:08-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Orientador(a) - Armin Feiden

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

Documento assinado digitalmente

gov.br

ADRIANA MARIA DE GRANDI

Data: 05/06/2024 14:49:52-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Adriana Maria de Grandi

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Reitoria
CNPJ 78.680.337/0001-84
Rua Universitária, 1619, Jardim Universitário
Tel: (45) 3220-3000 - www.unioeste.br
CEP: 85819-110 - Cx. P.: 701
Cascavel - PARANÁ



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE JONAS FELIPE RECALCATTI, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Documento assinado digitalmente



ALESSANDRA MATTE
Data: 05/06/2024 08:45:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Alessandra Matte

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido
Rondon (UNIOESTE)

Documento assinado digitalmente



NARDEL LUIZ SOARES DA SILVA
Data: 06/06/2024 07:08:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Nardel Luiz Soares da Silva

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido

Documento assinado digitalmente



MARCIA HANZEN
Data: 05/06/2024 10:26:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Márcia Hanzen

Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (UDC)


Jonas Felipe Recalcatti

Aluno(a)

Documento assinado digitalmente



ARMIN FEIDEN
Data: 05/06/2024 11:40:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural
Sustentável

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela maravilhosa oportunidade da vida e de realizar este sonho. Ele sabe o quanto isso tudo importa pra mim. Contigo, tudo se torna mais leve.

À minha família, pelo apoio em todas as etapas de meus estudos. Em especial a minha mãe, mulher batalhadora, que sempre deu o melhor de si para criar seus filhos e à minha sobrinha Mariane pela compreensão, torcida pelo meu sucesso, carinho e auxílio em tudo que preciso. Amo vocês incondicionalmente.

Ao meu orientador, Professor Doutor Armin Feiden, pela orientação e auxílio na condução deste trabalho.

Em especial a “madrinha” deste trabalho, Professora Doutora Jussara Elza Hennerich, muito obrigado.

Aos meus amigos (Daniela, Jandrei, Márcia, Suellen) e familiares (as múltiplas famílias que me acolhem em todos os momentos), pelo companheirismo, incentivo e carinho. Vocês são importantes em minha vida.

Aos meus colegas e amigos de PPGDRS, por todos os momentos compartilhados durante esse período e principalmente pela amizade que fica. Vocês sempre serão lembrados por mim.

A instituição UNIOESTE por proporcionar o espaço e os profissionais para realização desta etapa de estudo.

A todos aqueles que de alguma forma contribuíram para realização deste trabalho.

“Nunca deixe que lhe digam que não vale a pena acreditar no sonho que se tem. Ou que seus planos nunca vão dar certo. Ou que você nunca vai ser alguém [...]. Se você quiser alguém em quem confiar, confie em si mesmo. Quem acredita sempre alcança!”.

(Renato Russo – Mais Uma Vez)

RESUMO

RECALCATTI, Jonas Felipe, Mestre, Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Maio – 2024. **A Educação Superior em Ciências Agrárias e as Relações com a Sucessão Geracional de Jovens.** Orientador: Doutor Armin Feiden.

A sucessão familiar apresenta um ponto de grande importância para as propriedades rurais, visto que, durante o processo sucessório é que ocorre a transmissão da gestão da propriedade a um sucessor que pode ser um jovem ou uma jovem rural, tratando-se assim, da sucessão geracional. Sabe-se que na maioria dos casos, o futuro dos estabelecimentos rurais familiares depende do interesse e de fatores que influenciam o jovem rurais em permanecer na propriedade. O objetivo deste trabalho é reconhecer as causas que influenciam na permanência dos estudantes de Ciências Agrárias no meio rural, estabelecendo a relação deste fenômeno com os processos de sucessão geracional. Para tanto, foram selecionadas três Instituições de Ensino Superior localizadas no Oeste do Paraná, com oferta de cursos na área de Ciências Agrárias. A primeira parte do estudo, refere-se a análise documental do Projeto Político Pedagógico - PPC dos cursos de graduação, buscando estabelecer a relação das pretensões dos acadêmicos quanto a possível permanência destes na propriedade rural e as ações da academia sobre esta temática. Como metodologia de levantamento de dados foi realizada pela aplicação de questionário eletrônico, aplicado pelo pesquisador nas instituições selecionadas, para acadêmicos do 1º e 2º período e para os acadêmicos do 8º e 9º período. Os questionários foram elaborados via Google Forms, subdividido em cinco eixos, conforme os objetivos a serem levantados, sendo composto por 17 questões fechadas para os ingressantes e 20 questões para os concluintes, destinados especificamente para acadêmicos filhos de produtor rural, seja no setor agrícola ou pecuária. O resultado da primeira etapa, que refere-se ao estudo do PPC dos cursos, observando-se que, que os PPCs dos cursos estudados contemplam, seja na Matriz Curricular, atividades de extensão, projetos ou atendimento ao egresso a temática sucessão rural, ainda assim, observa-se a necessidade de intensificação das ações voltadas para as questões da sucessão rural dentro do currículo. Para tratamento dos dados foi utilizado estatística descritiva correlacional. Após análise destes, pode-se observar que os acadêmicos dos cursos de graduação estudados são jovens de ambos os gêneros, prevalecendo homens. A grande maioria conciliam o trabalho na propriedade com os estudos. A maior parte das famílias destes acadêmicos já decidiram sobre quem será o sucessor, porém algumas ainda estão discutindo sobre. Quanto à pretensão, um número significativo de jovens pretendem após concluir a graduação trabalhar na propriedade dos pais, sucedendo seus trabalhos no futuro. Estes acadêmicos afirmam ter recebido incentivo por parte dos familiares e instituição de ensino para permanência e trabalho no meio rural, aplicando o conhecimento obtido durante a formação em atividades e na gestão da propriedade, participando dos processos de sucessão. Conclui-se portanto, que a graduação em Ciências Agrárias influencia positivamente de forma expressiva na decisão em permanecer na propriedade, dando continuidade aos processos de sucessão e desta forma, fortalecendo a agricultura familiar. Ações específicas devem ser realizadas por parte da academia e família, visando compreender a situação dos que, mesmo após formação decidem em não permanecer, buscando outros rumos que não seja o meio rural e assim impactar a sucessão das propriedades familiares.

Palavras-chave: Sucessão garacional. Ciências Agrárias. Jovem rural.

ABSTRACT

RECALCATTI, Jonas Felipe, Master, Unioeste – State University of Western Paraná, May – 2024. **Sciences and Relations with the Generational Succession of Young People**. Advisor: Doctor Armin Feiden.

Higher Education in Agricultural Family succession presents a point of great importance for rural properties, since, during the succession process, the management of the property is transferred to a successor who may be a rural young man or woman, thus dealing with succession. generational. It is known that in most cases, the future of rural family establishments depends on the interest and factors that influence young rural people in staying on the property. The objective of this work is to recognize the causes that influence the permanence of Agricultural Sciences students in rural areas, establishing the relationship between this phenomenon and the processes of generational succession. To this end, three Higher Education Institutions located in Western Paraná were selected, offering courses in the area of Agricultural Sciences. The first part of the study refers to the documentary analysis of the Pedagogical Political Project - PPC of undergraduate courses, seeking to establish the relationship between the academics' intentions regarding their possible permanence on the rural property and the academy's actions on this topic. The data collection methodology was carried out by applying an electronic questionnaire, applied by the researcher in the selected institutions, for students in the 1st and 2nd period and for students in the 8th and 9th period. The questionnaires were prepared via Google Forms, subdivided into five axes, according to the objectives to be raised, consisting of 17 closed questions for freshmen and 20 questions for graduates, specifically aimed at academics who are children of rural producers, whether in the agricultural sector or livestock. The result of the first stage, which refers to the study of the PPC of the courses, noting that the PPCs of the courses studied include, whether in the Curricular Matrix, extension activities, projects or assistance to graduates, the rural succession theme, even Thus, there is a need to intensify actions aimed at issues of rural succession within the curriculum. To process the data, correlational descriptive statistics were used. After analyzing these, it can be observed that the students on the undergraduate courses studied are young people of both genders, with men prevailing. The vast majority combine working on the property with studies. Most of the families of these academics have already decided who will be their successor, but some are still discussing it. As for the intention, a significant number of young people intend, after completing their degree, to work on their parents' property, succeeding their work in the future. These academics claim to have received encouragement from family members and educational institutions to stay and work in rural areas, applying the knowledge obtained during training in activities and property management, participating in succession processes. It is therefore concluded that a degree in Agricultural Sciences has a significant positive influence on the decision to remain on the property, continuing the succession processes and thus strengthening family farming. Specific actions must be carried out by the academy and family, aiming to understand the situation of those who, even after training, decide not to remain, seeking other paths other than rural areas and thus impacting the succession of family properties.

Keywords: Garational succession. Agricultural Sciences. Rural young.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Municípios do Oeste do Paraná com Instituições de Ensino Superior com oferta de cursos em Ciências Agrárias.....	26
Figura 2 - Área da propriedade da família dos acadêmicos	41
Figura 3 - Atividades desenvolvidas nas propriedade da família dos acadêmicos...	42
Figura 4 - Renda obtida na propriedade é suficiente para as necessidades da família.....	44
Figura 5 - Participação dos acadêmicos nas atividades da propriedade.....	46
Figura 6 - Participação dos acadêmicos nas decisões da propriedade.....	48
Figura 7 - Possíveis investimentos realizados pelos acadêmicos relacionado a renda.....	50
Figura 8 - Possuir irmãos ou não.....	51
Figura 9 - Pretensão dos filhos com relação a propriedade.....	53
Figura 10 - Discussão pela família em relação ao destino da propriedade.....	54
Figura 11 - Incentivo por parte dos pais em permanecer nas atividades agrícolas..	56
Figura 12 - Pretensão em permanecer no meio rural após a graduação.....	58
Figura 13 - Contribuições dos conhecimentos adquiridos na graduação e relações com a permanência na propriedade.....	61
Figura 14 - Contribuições dos conhecimentos adquiridos na graduação e relações com a melhorias e investimentos na propriedade.....	63
Figura 15 - Incentivo das instituições de ensino com relação a permanência dos acadêmicos no meio rural.....	64

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Municípios, Instituições de Ensino Superior e Cursos de Ciências Agrárias na Região Oeste do Paraná.	28
Quadro 2 - Dados dos cursos de graduação da Instituição 1.	32
Quadro 3 - Dados dos cursos de graduação da Instituição 2.	33
Quadro 4 - Dados dos cursos de graduação da Instituição 3.	35

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 PROBLEMATIZAÇÃO	11
1.2 JUSTIFICATIVA.....	12
1.3 OBJETIVOS	14
1.3.2 Objetivos Específicos	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	15
2.2 AGRICULTURA FAMILIAR E SUCESSÃO GERACIONAL	17
2.3 ENSINO SUPERIOR EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS E A RELAÇÃO COM A SUCESSÃO RURAL	22
3 MATERIAL E MÉTODOS	26
3.1 UNIVERSO DA PESQUISA.....	27
3.2 ANÁLISE DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO - PPC	28
3.3 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS	29
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	32
4.1 ANÁLISE DO PROJETO PEDAGÓGICO DOS CURSOS	32
4.1.1 Análise do PPC – Instituição 1	32
4.1.2 Análise do PPC – Instituição 2	33
4.1.3 Análise do PPC – Instituição 3	34
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	70
APÊNDICE A - FORMULÁRIO DE PESQUISA.....	81
APÊNDICE B - TABELA DE CORRELAÇÃO DE SPERMAN.....	84

1 INTRODUÇÃO

A sucessão familiar apresenta um ponto de grande importância para as propriedades rurais, visto que, durante o processo sucessório é que ocorre a transmissão da gestão da propriedade a um sucessor, filho ou filha que ficam responsáveis para dar continuidade no desenvolvimento das atividades que antes, eram realizadas pelos pais.

Para que haja a continuidade da agricultura familiar é fundamental que ocorra a sucessão rural nestas propriedades. A sucessão rural familiar é um assunto complexo, que envolve muitos fatores, sendo assim, existe a necessidade emergente de se buscar estratégias que incentivem a permanência dos jovens rurais nas propriedades, colaborando para a continuidade do negócio familiar e produção de alimentos (CARBONI, 2022). A sucessão familiar rural não depende somente da vontade do sucessor em dar continuidade ao trabalho da família, mas esse processo é envolto por barreiras e facilitadores econômico-financeiros, físicos, sociais e emocionais que têm impacto no processo sucessório (STOBIENIA, 2023).

A temática sobre sucessão geracional tem sido evidenciada em pesquisas e debates acadêmicos, políticos e de movimentos sociais em todo o mundo (RAMBORGER, 2022). A complexidade em torno dos estudos sobre jovens e juventude aumenta quando o enfoque é o âmbito rural. Sabe-se que na maioria dos casos, o futuro dos estabelecimentos rurais familiares depende do interesse dos jovens/sucessores em permanecer na unidade produtiva.

Os fatores que dificultam e facilitam a permanência dos jovens no meio rural não são únicos e nem isolados e estão atrelados às condições socioeconômicas da família e da propriedade, à educação, ao lazer e envolvimento e participação em movimentos sociais, à remuneração e autonomia juvenil, à perspectiva de herdar a propriedade e suceder os pais (BREITENBACH; FOGUESATTO, 2023; BREITENBACH; CORAZZA, 2020; LAGO et al., 2022; MATTE et al., 2018).

Existem diversas abordagens de análise do processo de permanência ou não dos jovens rurais nas propriedades, dentre estas, observa-se um número significativo de jovens filhos de agricultores que escolhem por cursar o ensino superior em Ciências Agrárias. Mediante ao exposto torna-se de extrema importância a análise dos fatores internos e externos que permeiam os processos de sucessão que envolvem essa geração, sendo os de maior importância, o incentivo familiar e das instituições de ensino, de modo que contribuam para que estes jovens retornem ou permaneçam no

seio familiar e possam exercer a profissão aplicando o conhecimento adquirido em prol ao desenvolvimento da propriedade.

A inserção do jovem rural em novos círculos de convivência educacional, especialmente no ensino superior, faz com que ele precise lidar com novas situações, novas responsabilidades e necessite gerenciar as novas experiências e emoções. Assim, faz-se necessário para as instituições educativas desenvolver políticas que possam valorizar esses jovens, bem como sensibilizá-los da importância do seu papel no meio rural (BRAZ et al., 2019).

Uma área que contribui para essa valorização é a de Ciências Agrárias, que apresenta um papel importante na formação dos atuais e futuros profissionais do campo. Os conhecimentos adquiridos dessas áreas, permitem a construção de indivíduos que possam desempenhar papel importante no desenvolvimento rural e do país como um todo (PEREIRA; FERNANDES, 2018).

Se reitera a importância deste público ser estudado, uma vez que a profissionalização, traz aos jovens rurais incertezas, pois por um lado, visualiza-se um caminho para a saída do meio rural, mas, por outro, a formação em Ciências Agrárias pode incentivar os jovens a serem sucessores (BREITENBACH et al., 2023).

A região Oeste do Paraná conta com um significativo número de instituições de ensino superior que ofertam cursos de Ciências Agrárias, dentre estes, Agronomia, Medicina Veterinária e Zootecnia, sendo este último, com menor oferta. O perfil de alunos que ingressam nesses cursos de graduação contempla jovens oriundos de núcleo familiar residente na área rural, associados à agricultura familiar, tanto de produção vegetal, quanto animal.

O desenvolvimento de políticas públicas direcionadas ao tema, bem como o enfoque por parte das instituições de ensino superior na sensibilização e preparação destes jovens para exercer sua profissão no ambiente rural, na valorização da agricultura familiar, estimulando sua permanência, tornam-se fatores essenciais que corroboram para os processos de sucessão geracional.

Desta forma o presente estudo busca reconhecer as causas que influenciam na permanência dos estudantes de Ciências Agrárias no meio rural, estabelecendo a relação deste fenômeno com os processos de sucessão geracional, contribuindo desta forma para o entendimento dos processos sucessórios nas propriedades rurais familiares destes jovens.

Este trabalho está estruturado em quatro seções: A primeira contempla a introdução contendo a problematização e justificativa; a segunda aborda o referencial

teórico contendo as informações sobre os temas que gerem a temática agricultura familiar, sucessão geracional e o jovem rural e a ensino em Ciências Agrárias. A terceira seção trata dos procedimentos metodológicos e a quarta seção são apresentados os resultados e discussões dos dados apreciados e, por fim, as considerações finais.

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

A discussão envolvendo a temática do êxodo rural já era pauta na década de 1960 na Europa, no Brasil, porém, o assunto tomou status de “preocupação” na década de 1980, embora os dados demográficos mostrem que entre 1960 e 1980 foram 27 milhões de agricultores que migram para a vida urbana. Abramovay e Camarraro, em 1996, estimaram que nos 50 anos precedentes, um em cada 3 brasileiros deixaram o campo para construir a sua realidade no meio urbano.

Dados da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), mostra que a população rural no Brasil diminuiu num ritmo acima da média mundial nos últimos 22 anos. De acordo com dados do Banco Mundial, o percentual de habitantes do país que vivem no campo caiu 33,8% de 2000 a 2022. No mundo, a redução foi de 19,2%.

Apesar das variações existentes, verifica-se um fenômeno global representado pelo crescimento da população urbana em relação à rural: Dos mais de 211 milhões de brasileiros (IBGE, 2020), apenas 15,3% vivem no meio rural. A preocupação com a queda do efetivo rural reflete no fato de que ficam cada vez menos pessoas no campo para atender à crescente demanda de alimentos e de matéria-prima para as agroindústrias.

O tema tem despertado o interesse dos pesquisadores, principalmente para questões ligadas a masculinização e para o envelhecimento rural. Diversos trabalhos (MENDONÇA; RIBEIRO; GALIZONI, 2008; SPAVANELLO; LAGO, 2007; PANNO; MACHADO 2014; BIEGER, 2013; MATTE ET AL., 2019; GALINDO, 2019), remetem as referidas questões às dificuldades econômicas e ao grau de acessibilidade a formação profissional destes jovens, que diante deste contexto optam por deixar o meio rural.

Ribemboim e Moreira, 2008 classificam como forças motrizes da migração, aquelas de origem “expulsionistas”, ou ainda as de origem “atrativistas”. Ainda segundo os mesmos autores no caso da migração campo-cidade, estas forças poderiam ser tanto do tipo “expulsionismo rural determinista” – quando ao homem do campo não resta alternativa senão migrar –, quanto do tipo “atrativismo urbano possibilista” – neste

caso, por escolha racional, em busca de melhores salários e renda ao longo do seu ciclo de vida.

Estas duas forças continuam agindo sobre os processos de migração rural – urbano, porém estas estão mais concentradas entre os jovens rurais. Segundo Froehlich et al., 2011, políticas públicas como a aposentadoria rural, aumentaram a possibilidade da permanência dos idosos no meio rural. Entretanto, para boa parte da população jovem, que cresceu em meio às dificuldades encontradas para a reprodução socioeconômica das unidades produtivas e com maior acesso à escolaridade com viés urbano, a cidade ainda é visualizada como futuro promissor.

Sem ignorar os condicionantes estruturais que estão na base dessas transformações e das desigualdades econômicas e sociais no campo, o presente trabalho volta-se particularmente para uma análise das condutas educacionais, tais como o ensino e incentivo ou mesmo a relação entre esta e os fatores internos que influenciam os jovens rurais e suas perspectivas entre saída ou permanência do meio rural.

1.2 JUSTIFICATIVA

A não permanência no meio rural, principalmente entre os jovens, compromete a continuidade da agricultura, principalmente da agricultura familiar, importante mantenedora do fornecimento de alimentos a nível nacional, segundo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2020), a agricultura familiar é responsável por 87% da produção de mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 50% da criação de aves, 59 % de suínos e 30% da bovina; sendo portanto fundamental para a segurança alimentar do Brasil. Ainda de acordo com o MDA (2009), a agricultura familiar é responsável por gerar um Valor Bruto de Produção (VBP) de 54 bilhões de reais, ou 38% do valor total do agronegócio, contra 62% para a agricultura considerada não familiar (patronal). Quanto a empregabilidade, a agricultura familiar ocupa 15,3 pessoas a cada 100 hectares, contra apenas 1,7 pessoas da agricultura não familiar (MDA, 2009).

Segundo Ferrari (2004), a desvalorização da vida no campo denota o interesse maior em permanecer na cidade para esses jovens de famílias rurais, para eles a cidade é a promessa de futuro melhor, onde se encontram as oportunidades de trabalho e entreterimento. É importante constar que estes motivos são muitas vezes reforçados pelos pais, que devido a penosidade do trabalho no meio rural, incentivam seus filhos a buscarem outros caminhos.

Ainda para Ferrari, 2004, a consequência deste cenário é a chegada, nas cidades de uma grande quantidade de jovens com preparo insuficiente para competir no mercado de trabalho urbano, com reflexo notado no envelhecimento dos produtores da agricultura familiar, sendo que a falta de perspectivas de sucessores para o trabalho na terra gera o que se pode chamar de gargalos da agricultura familiar, com verdadeiros “asilos rurais”.

As preocupações com a temática da migração rural e suas condições sucessivas (quem fica, quem sai e seus condicionantes) não são atuais e tampouco um tema facilmente resolvível do ponto de vista socioeconômico.

Nos últimos 10 anos, inúmeras políticas públicas direcionadas para a melhoria da vida no campo, seja do ponto de vista econômico, como sócio cultural, tem sido implantadas com aparente sucesso, porém as mesmas não parecem ser suficientes para reverter a decisão de migração destes jovens.

Quando Froehlich et al., 2011 citam a qualificação profissional com viés urbano, nossa compreensão em relação a migração é facilitada, porém quando esta qualificação é voltada para o viés rural a compreensão dos fatores envolvidos ainda foge as teorias discutidas nos estudos atuais.

Atualmente no Oeste do Estado do Paraná, segundo Confea – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, são ofertados 10 cursos de agronomia, já segundo o CRMV- Conselho Regional de Medicina Veterinária do PR, são 8 cursos de medicina veterinária, e em comum estas graduações tem a intenção de promover debates, estudos que fortaleçam os laços da juventude com o meio rural, ressaltando que em muitos casos os alunos dos cursos em questão, são descendentes de famílias vindas deste meio, muitos residem no campo, o que empiricamente deveria tornar o processo mais efetivo. Esta realidade, porém, não parece se refletir na região Oeste do estado, onde os cursos que poderiam aproximar a o jovem de perspectivas de vida futura no campo ou não estão alcançado estes resultados, ou ainda não ocorreram estudos específicos que possam expressar esta realidade.

A família rural que vivencia a situação do seu possível sucessor, após qualificar-se não retornar para a propriedade exercer sua profissão e contribuir para o desenvolvimento da mesma, acaba com o risco de venda ou ainda ter que buscar por assistência técnica de terceiros, culminando com gastos e por muitas vezes, atendimento não qualificado.

Desta forma, buscar compreender a relação entre os jovens rurais que frequentam cursos de graduação em Ciências Agrárias e os condicionantes que levam

aos processos de migração ou permanência no meio rural, auxiliará em articular processos de reversão ou minimização deste cenário, contribuindo tanto para o desenvolvimento da agricultura familiar, quanto para o desenvolvimento rural como um todo.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Reconhecer as causas que influenciam na permanência dos estudantes de Ciências Agrárias no meio rural, estabelecendo a relação deste fenômeno com os processos de sucessão geracional.

1.3.2 Objetivos Específicos

- a) caracterizar o perfil socioeconômico dos estudantes de Ciências Agrárias;
- b) determinar as pretensões entre os estudantes ingressantes e concluintes, relacionadas com sua permanência na propriedade mediante as características da mesma e incentivos;
- c) estabelecer a relação destas pretensões ou não, com a abordagem acadêmica das universidades estudadas;
- d) analisar quais as causas determinantes no processo de decisão dos estudantes pela migração, relacionando as questões de sucessão rural.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

O termo sustentabilidade foi utilizado com maior frequência em meados da década de 1980 pela comunidade internacional, tornando-se um tema importante no debate social (VEIGA, 2015).

É um termo que sofre adaptações com o decorrer do tempo, por diversos motivos, tanto para atender, às novas demandas de mercado, quanto para corrigir falhas em antigas concepções, podendo ser, de modo geral, entendido de duas formas: a primeira, a partir da biologia, por meio da ecologia; referindo-se a capacidade de recuperação e reprodução dos ecossistemas em face de agressões antrópica ou naturais (NASCIMENTO, 2012). A segunda, na economia, como adjetivo do desenvolvimento, em face da percepção da “insustentabilidade” do padrão de desenvolvimento das sociedades contemporâneas, pois tal padrão levou ao desencadeamento de crises, e dentre estas, as ambientais (DEPONTI, 2001).

Na agricultura o termo sustentável, também passou a atrair a atenção de um número crescente de produtores e de pesquisadores dispostos a repensar os rumos da produção (EHLERS, 2008). Esse elevado interesse demonstra a procura por um novo padrão de produção que venha substituir um cenário de fragilidade da produção convencional face aos problemas ambientais.

O termo desenvolvimento foi atrelado inicialmente ao crescimento econômico, no entanto, uma mudança social e cultural, passou a considerar aspectos ambientais, sociais, políticos, como partes do termo desenvolvimento (VEIGA, 2008).

Com relação aos aspectos rurais, quando define-se desenvolvimento, consideram-se aspectos relevantes, dentre eles os sistemas do campo, tecnologias, produção agrícola e alimentar, englobando a migração da sociedade do campo aos centros urbanos, como também a questão agrária e momentos da história mundial (FACHIN, 2008).

A discussão em torno da definição do desenvolvimento rural tem se modificado com o passar do tempo e com a evolução dos estudos nessa área, contudo Navarro (2001), identifica que todas as definições estão relacionadas ao bem-estar da população residente da área rural.

O desenvolvimento rural sustentável pode ser o caminho para se chegar a uma agricultura sustentável. Nesta esfera, o desenvolvimento sustentável, centra-se em

áreas rurais, objetivando melhorar a qualidade de vida de sua população, através de processos de participação e de potencialização dos seus recursos (GUZMÁN, 2001).

Neste sentido, o desenvolvimento sustentável tem como viés central o avanço na qualidade de vida da população respeitando os limites de capacidade dos ecossistemas. Desta forma, ao passo que se beneficiam do processo, as pessoas tornam-se instrumentos de transformação, tornando-se fundamental para o sucesso que almejam (ASSIS, 2006).

Independentemente da adoção de um conceito conciso sobre desenvolvimento rural sustentável, torna-se necessário o entendimento dos caminhos que levarão ao alcance da sustentabilidade rural. Segundo Costabeber e Caporal (2003), para que de fato ocorra esse desenvolvimento, estes caminhos precisam perpassar pelas diferentes dimensões da sustentabilidade: a social, ambiental, econômica, cultural, política e ética.

Dentre as estratégias que contribuem para ao desenvolvimento rural sustentável, Costabeber e Caporal (2003) elencam os seguintes caminhos: a opção pela agricultura familiar, a aposta em novas formas de comercialização e a dimensão local do desenvolvimento.

No que refere-se à questão de que a agricultura familiar tem a real capacidade de alcançar a soberania e segurança alimentar, pois grande parte do que é produzido permanece nas comunidades rurais como forma de autoconsumo. Referente às apostas em novas formas de comercialização, a evidência sobre a importância da implementação das práticas agroecológicas no processo, garantirá a renda sem agredir de forma tão intensa o meio ambiente. A dimensão local do desenvolvimento torna-se prioridade ao passo que as comunidades rurais, bem como sua garantia de renda, tradições e qualidade de vida, são os elementos de maior importância no processo para o desenvolvimento rural sustentável (COSTABEBER; CAPORAL, 2003).

A juventude rural é um tema contemporâneo ligado as discussões que envolvem a agricultura familiar, a segurança alimentar, a produção social das famílias, a sucessão de terra, o desenvolvimento rural, as futuras interações e estratégias de desenvolvimento. É nesses jovens que se deposita a responsabilidade das perspectivas futuras do espaço rural (REDIN, 2014). Sendo assim, é inevitável associar a permanência dos jovens rurais no seu local de origem, pois estes estão intimamente relacionados aos processos de desenvolvimento rural.

A juventude poderá fazer as transformações necessárias, principalmente da área rural, considerada o coração do desenvolvimento sustentável para alimentar a

população mundial de forma saudável e segura (OLABAMIJI; AJALA, 2022). A permanência dos jovens no campo está vinculada ao que Gasparelo et al. (2022) comentam acerca do deslocamento para centros urbanos em busca de melhor qualidade de vida. Isso provoca descontinuidade sucessória da agricultura familiar, inviabilizando o desenvolvimento rural, ou seja, entende-se que o desenvolvimento rural sustentável realizado de forma articulada com diversas políticas públicas, comercialização e renda, infraestrutura de estradas, saúde, educação e planejamento familiar, contribui para a permanência dos jovens no campo.

É importante salientar que observa-se avanços ocorridos no meio rural em razão do reconhecimento da agricultura familiar e do desenvolvimento de políticas públicas específicas para amenizar a migração das famílias do campo, por outro lado, algumas transformações em curso, tais como as questões relacionadas ao não interesse do jovem em continuar no campo, por vezes são subestimadas. Dessa forma, na academia, nos cursos de formação na área de ciências agrárias, é o momento propício para as novas reflexões teóricas a respeito da agricultura familiar e a permanência dos que buscam essa formação no processo de sucessão rural (NIEDERLE et al., 2014).

2.2 AGRICULTURA FAMILIAR E SUCESSÃO GERACIONAL

Muito tem se discutido sobre o papel e a importância da agricultura familiar no cenário da agricultura brasileira (SCHNEIDER, 2016; STROPASOLAS, 2017). A agricultura familiar é, e sempre foi, a base da alimentação mundial. É comum estudiosos tentarem mensurar quantitativamente a sua importância, ora para dizer que a maior parte dos alimentos da mesa dos consumidores vem dela, ora para dizer que, apesar de sua importância, não é maior do que o agronegócio e a agropecuária empresarial.

Considera-se como agricultura familiar a propriedade em que a gestão e o trabalho, ou seja, os meios de produção pertencem à família, em uma área relativamente pequena ou média, sendo que a renda é predominantemente oriunda de atividades agropecuárias (SCHNEIDER, 2016).

Na agricultura familiar, o sistema de produtivo se estabelece no trabalho da terra, e é realizado pela família, através da produção primária, esta produção está destinada a satisfação das necessidades internas da propriedade prioritariamente (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008).

Dentro do cenário agrícola, ressalta-se que a agricultura familiar é um dos segmentos que pode ser fundamental para a produção de alimentos para a sociedade. Segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB (2023) as propriedades de agricultura familiar somam 3,9 milhões no país, representando 77% de todos os estabelecimentos agrícolas. Em termos de área ocupada, esse setor abrange 23% do território nacional, equivalente a aproximadamente 80,8 milhões de hectares. As propriedades de agricultura familiar respondem por 23% do valor bruto da produção agropecuária do Brasil e abrangem 67% das ocupações no campo, empregando cerca de 10,1 milhões de trabalhadores.

Um dos fatores que explica os inúmeros estudos sobre a agricultura familiar é sua importância para o desenvolvimento rural brasileiro. Ela é responsável por boa parte da produção de subsistência de alimentos, pela geração de empregos, pela preservação do meio ambiente e manutenção de relações sociais no meio rural (SPANEVERELLO, 2008).

A agricultura familiar traz oportunidade de trabalho local, reduz o êxodo rural, diversifica os sistemas de produção, e possibilita que a atividade econômica esteja na maioria das vezes em harmonia com o meio ambiente, e com isso, contribuindo para o desenvolvimento dos pequenos e dos médios municípios (LIMA; WILKINSON, 2002).

A agricultura familiar apresenta diversas mudanças em sua estrutura, a mesma vem se mantendo em um ambiente altamente competitivo e desigual e o fator determinante para a continuidade desta atividade é a sucessão destas pequenas propriedades.

A sucessão é um ponto delicado nas propriedades familiares, que pode ser definida como um processo que consiste na transferência do controle e gerência da propriedade para os filhos ou gerações subsequentes (BIEGER, 2013). Para Costa (2010), a sucessão possui uma função social definida: dar continuidade à exploração da propriedade familiar.

Na mesma linha de análise, Mendonça, Ribeiro e Galizoni (2008) definem que:

[...] a sucessão, formação de novas gerações de agricultores, é um processo que envolve três componentes: a transferência patrimonial; a continuação da atividade profissional paterna; a retirada das gerações mais velhas da gestão do patrimônio. No primeiro componente ocorre a transmissão da terra e dos ativos existentes para próxima geração; o segundo componente envolve a passagem da gerência e da capacidade de utilização do patrimônio; o último acontece quando diminui o trabalho e o poder da atual geração sobre os que compõem a unidade familiar de produção.

O tema da sucessão geracional e, especificamente, da reprodução social da profissão de agricultor(a) vem emergindo como uma das principais preocupações das

entidades representativas da agricultura familiar do Sul do Brasil (STROPASOLAS, 2011).

A sucessão geracional consiste na substituição de titularidade de determinado direito, relacionada à passagem desse direito nas linhas geracionais familiares, contribuindo no processo de formação de novos produtores, ou de novas gerações de produtores (BREITENBACH; CORAZZA; DEBASTIANI, 2021).

A sucessão geracional dos negócios dos agricultores familiares tem resultado em discussões orientadas no sentido de avaliar qual é o futuro do espaço rural e se tem havido a pretensão da juventude de continuar nesta atividade (MENON; STÉFANI, 2023). Segundo Panno (2016), a sucessão geracional deve ser compreendida como um processo contínuo e não como um fato isolado, tomado em algum momento da vida. O fato é que comumente sucessores e sucedidos não conseguem absorver essa ideia, o que acaba dificultando a preparação de sucessores ao longo da existência da propriedade.

A transferência da propriedade rural para a próxima geração ocupa um lugar de importância central na determinação da estrutura das famílias rurais (MISHRA et al., 2010). As gerações dos jovens rurais que buscam informações e atualizações são importantes para as propriedades rurais, uma vez que a introdução de tecnologia leva a novas formas de produção, exigindo controles e processos diferenciados, os quais, por sua vez, exigem pessoas qualificadas para atuar nestes processos (CALLADO et al., 2015).

Nestes casos o processo de sucessão é foco de várias situações que podem comprometer a continuidade da organização familiar, pois, de modo geral, a administração dessas propriedades deveria ser atribuída ao sucessor que buscou e possui uma profissionalização, tornando a organização mais forte. Porém, as famílias acabam não agindo nesse sentido devido aos laços emocionais que impedem ações racionais (RICCA, 2007), ou pelos indícios apresentados no presente trabalho, a falta de interesse por motivos específicos do sucessor habilitado para a administração.

A decisão dos sucessores em continuar ou não na propriedade rural principalmente quando este é jovem, geralmente está ligada a fatores como políticas públicas atraentes, proximidade e atratividade dos centros urbanos, influências internas relacionadas à composição da família, tais como nível de riqueza, escolaridade, faixa etária e gênero, e atualmente, observa-se uma forte influência no que diz respeito ao direcionamento acadêmico estudantil no desenvolvimento das pequenas propriedades rurais (CASTRO, 2013).

A continuidade das atividades agrícolas sempre aconteceu de forma natural, por gerações e gerações os filhos, automaticamente vão sucedendo os pais. Entretanto, nos últimos anos questões afeitas à sucessão passaram a preocupar os agentes relacionados com esse segmento. Alguns pontos que impactam diretamente a perspectiva de manter assegurada a sucessão familiar e a escolha dos jovens de permanência ou não na propriedade, estão associadas as características familiares, como por exemplo, os processos de ensino-aprendizagem no trabalho familiar e a internalização da moral e dos valores, associado a isso, fatores como condições do próprio meio rural e da sua proximidade geográfica, econômica e social com as cidades (ABRAMOVAY et al., 1998).

As famílias rurais, de modo geral, não têm planejado como irá acontecer a sucessão, e quando isso inevitavelmente acontece, pode comprometer o futuro da propriedade rural. A ausência de sucessores na agricultura familiar ou até mesmo possíveis conflitos que permeiam os processos de sucessão, gera incertezas quanto à continuidade das famílias e as atividades agrícolas.

Tem-se observado que a falta de um sucessor para propriedade, muitas vezes, é estimulada pelos pais, ao proporcionar uma condição melhor de estudo aos filhos na cidade. Isso permite aos mesmos o acesso ao mercado de trabalho urbano, tornando a propriedade rural uma opção, entre outras, para sustento e sobrevivência (PANNO; MACHADO, 2014).

Os conflitos no processo sucessório vão desde as formas de remuneração dos demais filhos não contemplados com a propriedade dos pais, aceitação de ideias por parte dos gestores e até a questão do viés de gênero, onde as filhas são excluídas do processo sucessório (MELLO et al., 2013).

Maia (2011) menciona em seus trabalhos que os sucessores tem resistência a aceitação das ideias propostas pelos gestores para a propriedade, que julgam muitas vezes ultrapassadas ou discordantes com as ideias e projeções futuras que estes tem planejado. Outra questão que está interligada às situações conflituosas no processo de sucessão é a falta de autonomia que os mesmos tem frente aos processos administrativos e produção, gerando desinteresse em permanecer na propriedade. Oliveira, Rabello e Feliciano (2014) concluíram que a falta de voz e participação na propriedade como elementos intrínsecos à decisão de permanecer ou não no campo.

Este fato pode estar relacionado com a presença da figura paterna, conforme elucida Spavanello e Lago (2007), segundo os autores é ele, quem decide sobre a transferência das responsabilidades da gestão da propriedade ao sucessor. Esta

transferência se dá de maneira gradual e acaba desmotivando os jovens a prosseguir nas unidades de produção e dar continuidade ao trabalho realizado pela família, uma vez que se sentem dependentes dos pais e impossibilitados de interferir na gestão.

Panno e Machado (2014) salientam a importância do desejo da família em querer que o jovem permaneça no estabelecimento rural ou retorne a ele. Para tanto, é necessário que os pais ofereçam condições para isso, sendo fundamental a divisão de tarefas com autonomia e responsabilidades, além da participação no processo decisório.

Tratando-se de gênero, o problema se acentua na maioria das vezes, pois as ideias das filhas são na maioria das vezes, as menos aceitas pelos pais, gerando menor predisposição da mulher em permanecer no campo, desencadeando um processo de masculinização no meio rural (ABRAMOVAY et al., 1998). A posição familiar que a mulher ocupa na família justifica esse fato, pois na maioria dos casos, ela é vista apenas como potencial mão de obra, e não como uma precursora gestora (VORPAGEL, 2017).

Devido à pequena extensão de terras na agricultura familiar, normalmente, a sucessão familiar no campo segue um padrão onde os pais escolhem um único sucessor, sendo que, na maioria das vezes o filho escolhido é aquele que demonstra mais aptidão para os negócios e para garantir a continuidade da propriedade familiar (BIEGER, 2013).

Mediante ao exposto, é relevante verificar quais ações os agricultores podem tomar em relação às suas propriedades quando as mesmas não apresentarem possíveis sucessores. Spanevello et al. (2017) afirmam que mediante a esta situação, o agricultor tem dois caminhos a seguir: comercializar a terra para terceiros ou encaminhar a terra para os filhos para que eles decidam o que fazer com relação a ela.

Mendonça et al. (2013) complementam ressaltando que a transição demográfica, diferenciais de educação, integração campo-cidade, renda baixa, são estímulos à migração dos futuros sucessores.

A juventude rural, foco dessa pesquisa, não é um grupo homogêneo, pois possui particularidades que permeiam dinâmicas sociais entre o campo e cidade, que não são uniformes em todos os contextos rurais de um país com as dimensões territoriais do Brasil. Dependendo dessas dinâmicas, os jovens podem estar mais ligados ao tradicionalismo e à família, influenciando na escolha pela permanência na propriedade, como podem almejar novas perspectivas profissionais e de projetos de vida, levando

estes sujeitos a optar por não continuar no meio rural e nestes caso, ambas as situações implicar nos processos de sucessão geracional (COSTA; DOULA, 2014).

Dentro do contexto exposto até então, Schuster (2017) conclui que:

O futuro da agricultura familiar com a sucessão geracional, passa obrigatoriamente pela antecipação da emancipação dos jovens no fazer e no planejar, pela valorização da profissão e do ser agricultor, pelos pais e pela sociedade, e por um contexto de políticas públicas voltadas a dinamização do espaço rural com diversificação de atividades econômicas, culturais, de lazer e de acesso a formação profissional.

De fato, são muitas as causas que podem nortear a sucessão rural nas propriedades, assim como são incontáveis os problemas econômicos e sociais decorrentes da falta de sucessão. Neste sentido, identificar os fatores determinantes para a permanência dos jovens após a formação em Ciências Agrárias contribuirá com os processos de sucessão rural familiar.

2.3 ENSINO SUPERIOR EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS E A RELAÇÃO COM A SUCESSÃO RURAL

As Ciências Agrárias é uma área multidisciplinar com interface com várias áreas do conhecimento relacionadas: Agronomia, Recursos Florestais, Engenharia Florestal, Engenharia Agrícola, Zootecnia, Agroecologia, Medicina Veterinária, Engenharia de Pesca e Ciência e Tecnologia de Alimentos. Sendo que cada um desses campos, apresenta uma gama enorme de componentes específicos. Os conhecimentos adquiridos dessas áreas, permitem a construção de indivíduos que possam desempenhar papel importante no desenvolvimento do país. Atualmente, o Brasil conta com diversos cursos técnicos e de graduação nesse segmento e por ser um país essencialmente agrícola, grande produtor de alimentos para si e para o mundo, é de suma importância a formação qualificada de profissionais nestas áreas, contribuindo assim para o desenvolvimento rural (NASCIMENTO; LEÃO, 2021).

A Literatura internacional vem demonstrando que os jovens rurais que seguem formação universitária em áreas relacionadas com a produção agropecuária possuem maior interesse em serem sucessores (CAVICCHIOLI et al., 2018; SILI; FACHELLI; MEILLER, 2016; BEDNARÍKOVÁ; MIROSLAVA; PONKINAC, 2016). Mas, um importante gargalo é que, historicamente e tradicionalmente, cursos técnicos e superiores das ciências agrárias despertam maior interesse no público masculino (PEREIRA; FERNANDES, 2018).

Embora se constate que a participação das mulheres em cursos das ciências agrárias esteja aumentando globalmente (RIBEIRO; MAGALHÃES; RIZZA, 2016) e

seus papéis na força de trabalho no agronegócio como um todo estejam mudando, isso não se reflete na transferência e controle da propriedade na agricultura familiar (SHERIDAN et al., 2021).

O perfil do estudante de ciências agrárias na região oeste do Paraná é diversificado. Quanto a análise da faixa etária, nas instituições estudadas pode-se observar que prevalece um público jovem, e por este fato, buscaremos contextualizar sobre essa faixa etária e as situações que permeiam os processos de permanência no meio rural.

Discutir as representações sociais dos jovens rurais nos espaços educacionais em suas trajetórias de vida é importante porque esses atores sofrem as influências do meio onde vivem e atuam, as quais produzem processos de ressignificação de suas experiências (PAULO, 2010).

O ensino superior é colocado pelos jovens e famílias rurais como importante instrumento para obter melhor remuneração, trabalho menos penoso (como é visto o trabalho do agricultor) e possibilidade de construção de uma carreira (CUNHA, 2011).

A expansão do ensino superior e o seu acesso pela juventude rural possibilita a formação hábil para a melhoria da gestão e das técnicas relativas a unidade de produção familiar, como também pode ser um fator de negação do projeto de camponês, porque a formação superior amplia as oportunidades fora do meio rural. Para a família rural é um fator de preocupação, visto que coloca em jogo a sucessão familiar na agricultura (RADAELLI; MOURAD; DEGGERONE, 2019).

Muitas vezes, o acesso à formação especializada na área de Ciências Agrárias ainda não é o bastante para que seja concedida aos jovens maior participação nas decisões da propriedade familiar, restringindo sua participação ao trabalho produtivo. As decisões gerenciais de médio e longo prazo da propriedade rural geralmente competem ao pai, reproduzindo uma cultura patriarcal que compõem os valores da sociedade brasileira, não só nos espaços rurais (MATTE et al., 2019). Essa cultura dificulta a participação da juventude, diminuindo as possibilidades destes permanecerem no campo (GALINDO, 2019).

A juventude do meio rural é atualmente reconhecida como um importante ator social a ser considerado como sujeito de políticas públicas. Antes percebido apenas como parte da família, com a universalização do acesso à educação, os jovens rurais se tornaram pelo Estado, pela Academia e por outras instituições, atores sociais (CASTRO, 2013).

O acesso à educação para jovens no Brasil é um desafio. No caso dos jovens rurais é uma situação que toma diversas dimensões. Dentre estas dimensões, a primeira delas é a dificuldade de acesso as instituições de ensino. A segunda dimensão refere-se à própria estruturação das famílias, que na maioria das vezes, podem ser percebidos como uma comunidade de interesses, afetos e conflitos, envolvendo entre outros aspectos, a relação com o trabalho, com os estudos e com os aspectos morais (MENDRAS, 1978). O acesso à educação é tanto um desejo dos jovens rurais, quanto um elemento importante na orientação futura da vida destes. Da opção pela educação dependem as escolhas dos jovens em relação à permanência ou migração em seus lugares de origem, o investimento na reprodução da economia e da identidade social do jovem como agricultor familiar (CARNEIRO, 2007).

Abramovay et al. (1998), destacam a importância da relação entre a universidade, a juventude e a agricultura familiar, afirmando que, o acesso à educação por parte da juventude do campo não deve ser um estímulo ao abandono do meio rural, e que pelo contrário, deve-se contribuir para desenvolver a consciência dos jovens acerca da importância da educação para o exercício da profissão agrícola.

O acesso ao ensino superior pelo jovem rural, não leva necessariamente ao abandono do meio rural, mas contribui para a consciência do jovem sobre a importância da educação para a agricultura familiar, como aponta Lamb (2017, p. 52). A autora destaca que:

A universidade deve ser também para a juventude rural, um espaço que possibilite a construção e o planejamento para a democratização e garantia de direitos, para a continuidade, desenvolvimento e autonomia da agricultura familiar, como forma de revalorizar as potencialidades do campo.

Wheisheimer (2002) enfatiza a análise de que o acesso à educação para a juventude rural contribui estrategicamente para a permanência no meio rural ao referir que a educação é reconhecida como recurso de importância para o aumento da competitividade das famílias produtoras no mercado, e também significa um aporte para famílias e comunidades no sentido de conduzir estratégias de produção e de inserção profissional dos sujeitos.

Para jovens rurais os aprendizados adquiridos na formação superior, reorientam suas representações sobre o campo e a cidade, podendo resultar em valorização positiva da origem e desejo de permanência (BEZERRA, 2013).

Zago (2016), afirma que as motivações por parte dos jovens rurais em investir nos estudos, são demarcadas pelo reconhecimento social acompanhada da possibilidade de contribuir com o desenvolvimento rural depois da finalização do ensino

superior, tornando esse espaço um lugar que atenda às suas expectativas de permanecer. Nesta mesma linha de pensamento, Doula et al (2019) apontam em seu trabalho a pretensão de jovens rurais em voltarem para seu local de origem após concluírem o ensino superior, buscando implementar novos conhecimentos técnicos e científicos para melhor gerir a propriedade da família.

No que concerne às representações do jovem rural sobre o ensino superior, o estudo realizado por Arenhardt, Souza e Franchi (2014), apontou que o jovem rural tem passado por transformações sobre a conscientização da importância do conhecimento superior para melhor desenvolvimento da agricultura. A percepção dos jovens sobre a educação está relacionada ao que sonha para o futuro, visando o bem-estar familiar e financeiro.

É importante destacar o papel dos pais no incentivo aos filhos em buscar conhecimento através da formação na graduação. O estudo de Doula et al (2019) aborda o papel e o impacto positivo do incentivo da família no acesso do jovem rural ao ensino superior, apontando que os filhos e filhas receberam muito mais incentivo de ordem simbólica se comparado ao incentivo financeiro, e tal incentivo favoreceu permanência destes jovens na propriedade após a graduação.

Diante do exposto, entende-se que estudos devem ser realizados buscando entender as possíveis causas que levam os jovens rurais da região a cursar o ensino superior em Ciências Agrárias e posterior formação, permanecer ou não no meio rural, influenciado nos processos de sucessão geracional das propriedades familiares.

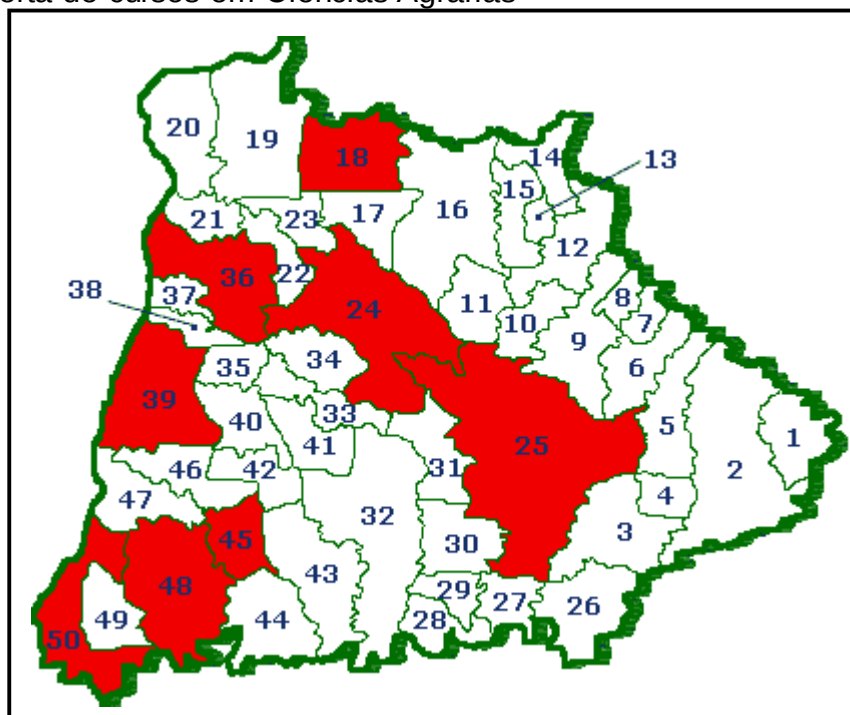
A discussão proposta por esta pesquisa, de modo geral, pode ser evidenciada a partir de estudos (ABRAMOVAY et al. 1998; CARNEIRO, 1998; WEISHEIMER, 2005; OLIVEIRA, 2006; SPANEVELLO, 2008; CASTRO, 2013; TROIAN; BREUTENBACH, 2018; CARVALHO; RODRIGUES; GRZEBIELUCKAS, 2021) já realizados com jovens rurais sobre a temática da migração em diferentes contextos, no entanto, de forma específica, com jovens estudantes de Ciências Agrárias, carece estudos que possam contribuir para compressão dos fenômenos migratórios.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Os jovens e especificamente, os jovens rurais da mesorregião Oeste tem aumentadas as possibilidades de acesso ao ensino superior a partir das inúmeras instituições de ensino presentes na região, e em especial o acesso a cursos dentro das Ciências Agrárias.

A região Oeste do Paraná conta atualmente com onze Instituições de Ensino Superior – IES, distribuídas em oito municípios (Figura 1), nas quais, ocorre a oferta de determinados cursos de Ciências Agrárias, dentre estes, Agronomia, Medicina Veterinária e Zootecnia, sendo este último, com menor oferta. A escolha destes cursos em específico para este estudo, está relacionada a significativa oferta dos mesmos e suas relações com as questões de desenvolvimento econômico da região e das IES contempladas.

Figura 1 - Municípios do Oeste do Paraná com Instituições de Ensino Superior com oferta de cursos em Ciências Agrárias



Fonte: Autoria própria (2022)

Nota: 18 - Palotina, 24 - Toledo, 25 - Cascavel, 36 - Marechal Cândido Rondon, 39 - Santa Helena, 45 - Medianeira, 48 - São Miguel do Iguçu e 50 - Foz do Iguçu.

O autor deste estudo atua como docente nos cursos de Ciências Agrárias a nove anos, especificamente nos cursos de agronomia e medicina veterinária, ministrando disciplinas diversificadas, de formação geral e técnica. O que observa-se nos últimos anos, mesmo que pontualmente e especificamente nas instituições de

atuação deste, a opção por não permanência do egresso filho de produtor rural, indo para outras regiões do país, para o exterior ou ainda que optem por permanecer, buscam trabalho em empresas ou atividade fora da propriedade dos pais. Este fato tem levantado premissas que relacionam os contextos sobre a sucessão rural, o fortalecimento da agricultura familiar e também a análise sobre como as instituições de ensino podem de alguma forma contribuir neste cenário por meio de estratégias voltadas a debater, conhecer e entender os processos de sucessão geracional.

A presente pesquisa caracteriza-se quanto aos seus objetivos como explicativa, a qual permite aproximação da realidade do estudo que requer conhecimento do campo, contato com os fenômenos para entendimento mais aprofundado da temática abordada (MINAYO, 2010). Silveira e Córdova (2009) descrevem que “[...] este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito. Neste sentido, o presente trabalho busca reconhecer as influências da formação de jovens filhos de produtores na decisão em permanecer no meio rural evitando assim consequências relacionadas à sucessão rural na propriedade familiar.

A abordagem dos dados é classificada como quantitativa, envolvendo dados e resultados que podem ser mensurados em números, classificados e analisados, se baseando em técnicas estatísticas. A pesquisa quantitativa, neste estudo, se relaciona com coleta de dados *in loco* a partir de questionários fechados e a posterior tabulação e análise estatística (SOARES, 2019).

Também aborda metodologia documental, uma vez que realiza-se a análise do Projeto Político Curricular - PPC dos cursos de graduação das instituições estudadas e ao mesmo tempo busca-se compreender a relação entre as práticas e condutas previstas neste documento relacionadas a sucessão rural e incentivos por parte da IES ao acadêmicos quanto a permanência ou retorno para propriedade rural após formação. A pesquisa documental, de acordo com Raupp e Beuren (2006), é aquela em que os dados logrados são absolutamente provenientes de documentos que não receberam tratamento analítico, com o propósito de obter informações neles contidos, a fim de compreender um fenômeno.

3.1 UNIVERSO DA PESQUISA

A região Oeste do Paraná conta com oito municípios contemplando Instituições de Ensino Superior que ofertam cursos de Agronomia, Medicina Veterinária e Zootecnia, conforme o Quadro 1:

Quadro 1 - Municípios, Instituições de Ensino Superior e Cursos de Ciências Agrárias na Região Oeste do Paraná.

MUNICÍPIO	IES	CURSOS OFERTADOS
Foz do Iguaçu	UniAmérica	Agronomia Medicina Veterinária
	Centro Universitário Dinâmica das Cataratas – UDC	Agronomia Medicina Veterinária
São Miguel do Iguaçu	Faculdade de Ensino Superior de São Miguel do Iguaçu – FAESI	Agronomia Medicina Veterinária
Medianeira	Faculdade Educacional de Medianeira - UDC Medianeira	Agronomia Medicina Veterinária
Cascavel	Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz – FAG	Agronomia Medicina Veterinária
	Centro Universitário Univel – UNIVEL	Agronomia Medicina Veterinária
Toledo	Pontifícia Universidade Católica - PUC	Agronomia Medicina Veterinária
	Universidade Paranaense – UNIPAR	
Palotina	Universidade Federal do Paraná - UFPR	Agronomia Medicina Veterinária
Santa Helena	Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR	Agronomia
Marechal Cândido Rondon	Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE	Agronomia Zootecnia

Fonte: Autoria própria, (2022)

Foram selecionadas três instituições para aplicação deste estudo, sendo estas, denominadas genericamente de Instituição 1, 2 e 3. As instituições 1 e 2 são privadas e a instituição 3 pública. As instituições foram selecionadas de acordo com critérios de distanciamento entre as cidades nas quais estas estão estabelecidas, possibilidade de acesso para aplicação do métodos e cursos ofertados na área de Ciências Agrárias.

As instituições 1 e 2 ofertam os cursos de Agronomia e Medicina Veterinária. A instituição 3 oferta os cursos de Agronomia e Zootecnia. Todas as instituições estudadas ofertam os referidos cursos na modalidade presencial.

3.2 ANÁLISE DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO - PPC

O Projeto Pedagógico de um Curso (PPC) de graduação é o documento que expressa a sua identidade. Tem como finalidade de apresentar à comunidade acadêmica como o Curso se caracteriza e se organiza em função de suas escolhas e percursos para contribuir na formação profissional que se propõe a oferecer aos seus discentes (COSTA, 2017).

O PPC deve estar sempre em construção e ser compreendido para além de uma formalidade, pesando na construção de sua identidade. No percurso dessa construção, deve-se proporcionar reflexões coletivas envolvendo professores, técnicos

e estudantes, bem como a comunidade externa, para ter como prioridade a formação do profissional desejado.

A elaboração deste documento deve ser realizada pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) que constitui-se de grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de elaborar, implementar e atualizar o PPC, com contribuições do Colegiado de Curso e sua construção precisa estar em consonância com a legislação que rege a educação superior, tais como as leis, diretrizes, resoluções, portarias, etc.

Nas informações referentes ao Projeto Pedagógico do Curso o e-MEC solicita que o mesmo contemple vários itens, dentre estes, os itens de maior importância para análise do PPC dos cursos neste trabalho estão: O perfil do curso; perfil do profissional egresso e organização curricular e extensão. O PPC de cada curso das instituições de ensino estudadas, foi fornecido pelos coordenadores de curso, disponibilizando o documento via digital na versão PDF.

A análise deste documento foi realizada com objetivo estabelecer a relação das pretensões dos acadêmicos quanto a possível permanência destes na propriedade rural e as ações da academia sobre os mecanismos de sucessão rural e demais conceitos sobre esta temática. Sendo assim, esta análise buscou verificar se o PPC aborda os mecanismos acima citados, verificando as formas de abordagem do tema, seja através da matriz curricular, seminários, práticas de campo, palestras, projetos de extensão, visão atual e futura ou até mesmo evidenciando possíveis esforços relacionados à temática, principalmente quanto ao perfil do egresso.

3.3 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

Os dados empíricos foram obtidos a partir de um questionário (Apêndice A), direcionado aos acadêmicos filhos de produtor rural, seja no setor agrícola ou pecuária. No momento da aplicação o pesquisador destinou o instrumento de coleta de dados apenas aos referidos acadêmicos, sendo que o mesmo foi aplicado presencialmente nas salas de aula dos períodos que constituem a amostra.

Participaram da pesquisa os acadêmicos do 1º e 2º período, que correspondem ao 1º ano da graduação e para os acadêmicos do 8º e 9º período, correspondendo ao 4º ano de graduação. Na instituição 2, o questionário foi aplicado para o 6º período, que corresponde a última turma, tendo em vista que o curso iniciou-se em 2021 II. Os acadêmicos do 5º ano não apresentavam disponibilidade para participação pois, em

duas instituições estudadas, os mesmos realizam prioritariamente o estágio curricular, não frequentando a instituição de ensino regularmente.

Os questionários foram elaborados em meio eletrônico via Google Forms e disponibilizados via QR code. Para os acadêmicos ingressantes dos cursos (1º e 2º período), este instrumento foi composto por 17 questões fechadas, subdivididas em quatro eixos, conforme os objetivos a serem levantados. Outro questionário, contendo as mesmas 17 questões, com acréscimo de 3 questões específicas, subdivididas em cinco eixos, totalizando assim 20 questões, foi aplicado para os acadêmicos concluintes (8º e 9º períodos da IES 1 e 3 e 6º período do curso de Medicina Veterinária da IES 2).

Os eixos que constituem o questionário, denominados de conjuntos foram:

Conjunto 01: Caracterização do pesquisado. Questões busca caracterizar os acadêmicos, quanto ao sexo, idade, curso, período, estado civil e residência, se rural ou urbana.

Conjunto 02: Caracterização da propriedade - Questões que buscam caracterizar o estilo de propriedade rural dos pais ou onde o acadêmico reside, quando a tamanho (área), atividades desenvolvidas, questões relacionadas a renda (fonte e destino) e associação ao cooperativismo.

Conjunto 03: Participação na propriedade - Questões relacionadas a participação do acadêmico na propriedade, quanto as possíveis atividades produtivas desenvolvidas pelo mesmo, formas de remuneração, participação nas decisões relacionadas as ações na propriedade e atividades de recreação na comunidade na qual a propriedade faz parte.

Conjunto 04: Perspectivas futuras e sucessão - Questões buscam compreender perspectivas do acadêmico e a relação destas com a possibilidade de sucessão rural. As questões deste eixo buscam compreender o cenário atual das propriedades e a organização familiar, relacionando aos possíveis situações de sucessão rural, principalmente ao que diz respeito aos participantes da pesquisa.

Conjunto 05: Contribuições do ensino superior para a sucessão - Questões destinadas somente para os acadêmicos dos últimos períodos da graduação (concluintes), que buscam inferir se ocorre incentivo por parte das instituições, para que o aluno filho de produtor permaneça na propriedade ou participe do processo de sucessão, bem como, se o conhecimento adquirido pelo mesmo influencia na tomada de decisões.

Os questionários foram aplicados no período de novembro e dezembro de 2023, nas três instituições de ensino contempladas neste estudo.

Para o tratamento e análise dos dados quantitativos foi utilizada estatística descritiva correlacional. Os dados obtidos a partir dos questionários foram tabulados em planilhas Microsoft Office Excel® 2011.

Todo dado quantitativo em que havia possibilidade de influência sobre outras variáveis foi correlacionado, a fim de testar sua inferência. A correlação feita neste estudo está fundamentada na correlação de Pearson. A análise de correlação avalia o grau de relação linear entre duas variáveis quantitativas “X” e “Y”, e o coeficiente de correlação linear amostral pode ser calculado pela equação 2. Denomina-se a equação de Pearson pela fórmula:

$$\rho = \frac{\sum_{i=1}^n (X_i - \bar{X})(Y_i - \bar{Y})}{n\sigma_x \sigma_y} \quad (1) \text{ equação de Pearson}$$

Segundo as variáveis X e Y Pearson descreve-se, abaixo onde:

X_i é a i-ésima observação da Variável X, i = 1,2,3,4, ..., k, ..., n

Y_i é a i-ésima observação da Variável Y, i = 1,2,3,4, ..., k, ..., n

σ_x é o desvio padrão da variável X

σ_y é o desvio padrão da variável Y.

Sendo o “n” para ambas as variáveis X e Y.

O coeficiente de correlação linear amostral deve estar sempre compreendido entre -1 e +1. Quanto mais próximo o resultado da variável estiver de -1 ou de 1, mais forte é a correlação. A correlação próxima de 1 considera-se forte positiva e a correlação próxima de -1 considera-se forte negativa. Correlações intermediárias a estes valores perdem a sua força à medida que o valor da correlação se aproxima de zero (OLIVEIRA; STUCHI; SANTOS, 2021).

Quando realizadas correlações, foram consideradas as correlações positivas e/ou negativas, sendo essas apresentadas e exploradas nos resultados dentro de suas indicações. Para tanto, os valores de correlação receberam as seguintes classificações: de 0 a 0,2 - correlação baixa; de 0,21 a 0,4 - correlação moderada; de 0,41 a 0,6 - correlação média; de 0,61 a 0,8 - correlação alta; e de 0,81 a 1 - correlação muito alta.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 ANÁLISE DO PROJETO PEDAGÓGICO DOS CURSOS

4.1.1 Análise do PPC – Instituição 1

A instituição 1, é uma instituição de Ensino Superior criada em outubro de 1997, implantando os primeiros cursos superiores de graduação em agosto de 1999, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento da educação, do esporte e da cultura, e promover a assistência social na região oeste do Paraná. Atualmente oferta 35 cursos de graduação, dentre estes Agronomia e Medicina Veterinária. O Quadro 2 apresenta dados sobre estes cursos.

Quadro 2 - Dados dos cursos de graduação da Instituição 1.

DADOS / CURSO	Agronomia	Medicina Veterinária
Início do curso	2004	2008
Carga horária	4.200 horas	4.050 horas
Duração:	5 anos	5 anos
Período:	Noturno	Noturno
Regime:	Semestral	Semestral

Fonte: Dados da pesquisa, (2024)

A análise do PPC do curso de Agronomia permitiu identificar dentro da Matriz Curricular apenas uma disciplina com relevância para questões relacionadas ao tema deste estudo. A disciplina denominada “Demandas Atuais do Agro: um olhar para a comunidade rural” ofertada no 1º período do curso. Parte da ementa desta disciplinas traz como conteúdo o levantamento de situações problema que afetem a comunidade e esteja relacionado as atuações do engenheiro agrônomo, ocorrendo assim, o debate relacionado à agricultura familiar.

Em conversa informal com a coordenação de curso, durante a Semana Acadêmica de Agronomia ou no evento City Farm que permite a integração de acadêmicos, empresas do agronegócio, profissionais da área, agricultores e sociedade em geral, já foram ofertadas palestras e até mesmo apresentações de trabalhos científicos relacionados a sucessão rural.

Quanto ao acompanhamento dos egressos, ocorrem diversas ações relacionadas a manter o contato com os mesmos, sendo que, curso de Agronomia em específico, existe uma série nas redes sociais com o título: “Por onde andam nossos

egressos...” onde são publicados conteúdos de egressos do curso, indicando quando se formaram, onde estão trabalhando, o cargo que estão exercendo, servindo como inspiração a acadêmicos do curso, porém não especifica possíveis relações com a sucessão rural.

A Análise do PPC do curso de Medicina Veterinária não apresenta nenhuma menção relacionada ao tema desta Tese, nem na Matriz Curricular ou no acompanhamento do egresso. Neste último, apesar de constar que ocorre ações para manter um canal de comunicação com o egresso de seus cursos, não cita levantamentos ou intervenções voltadas a sucessão rural ou agricultura familiar.

Mesmo constando no documento as atividades, cursos e disciplinas de extensão, semana acadêmica e outros eventos promovido pela IES, não menciona se estes fazem relação com a sucessão rural ou problemáticas voltadas este tema.

No site da IES consta um espaço para atendimentos ao egresso, contemplando o regulamento do Programa de Acompanhamento ao Egresso e todas as atividades relacionadas aos processos de atenção e acompanhamento dos mesmos.

4.1.2 Análise do PPC – Instituição 2

A instituição 2, foi criada em 19 de outubro de 2000 e suas atividades acadêmicas tiveram início no dia 19 de fevereiro de 2001, apresentando uma proposta pedagógica inovadora que expressa à organização e o pensar de uma instituição de Ensino Superior voltada para a formação do profissional e do cidadão do presente. Atualmente oferta 10 cursos de graduação, dentre estes Agronomia e Medicina Veterinária. O Quadro 3 apresenta dados sobre estes cursos.

Quadro 3 - Dados dos cursos de graduação da Instituição 2.

DADOS / CURSO	Agronomia	Medicina Veterinária
Início do curso:	2015	2021
Carga horária:	4.480 horas	4.800 horas
Duração:	5 anos	5 anos
Período:	Noturno	Noturno
Regime:	Semestral	Semestral

Fonte: Dados da pesquisa, (2024)

A análise do PPC do curso de Agronomia permitiu identificar dentro da Matriz Curricular, algumas disciplinas que em sua ementa permite abordar a temática de sucessão rural. No 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 9º, 10º períodos do curso são ofertadas as disciplinas denominadas “Prática de Inovação e Atualidades II, III, IV, V, VI, VII, VII e

IX”, respectivamente. Na ementa destas disciplinas consta como conteúdo, desenvolver projetos de prática extensionista e atividade extensionista junto à comunidade, onde pode-se trabalhar questões voltadas ao meio rural.

Também é ofertada a disciplina de Agroecologia, no 9º período, a qual contempla em sua ementa conteúdos relacionados a questões da produção orgânica em propriedades da agricultura familiar.

O PPC do curso contempla carga horaria significativa para Atividades Curriculares de Extensão destinadas a realização de projetos, palestras e atividades que envolvam a comunidade e acadêmicos. Dentre estas atividades, contempla-se as relacionadas a sucessão rural. Especificamente, no ano letivo de 2023 foi realizada a palestra “Gestão da Propriedade Rural Como Negócio: Garantindo a Continuidade para as Próximas Gerações” como programação do VII Congresso de Agronomia. Todos os períodos do curso participaram da palestra e puderam analisar sobre a importância dos processos de sucessão rural para garantir a continuidade da agricultura familiar e os procedimentos jurídicos para os processos de sucessão.

O atendimento ao egresso é estruturado e no curso de Agronomia ocorre de diversas formas, seja pelo site da IES ou em grupos de troca de mensagens instantâneas específico para egressos.

A Análise do PPC do curso de Medicina Veterinária, especificamente a Matriz Curricular, nos permite inferir a ausência de disciplinas com ementa relacionadas ao tema de sucessão rural. Com relação ao perfil/atendimento do egresso o PPC traz como uma das habilidades necessárias a ser desenvolvida nos mesmos “gerenciar propriedades rurais quanto as questões voltadas à produção animal, manutenção e situações relacionadas ao futuro da propriedade”. Neste caso, observa-se uma estratégia por parte da IES, voltada ao destino da propriedade, mesmo que subjetiva.

4.1.3 Análise do PPC – Instituição 3

A instituição 3, foi criada em 1980 sendo um dos cinco Campus da Instituição Pública Estadual, com a missão de produzir, sistematizar e socializar o conhecimento na região Oeste do Paraná. Atualmente oferta 9 cursos de graduação, dentre estes Agronomia e Zootecnia. O Quadro 4 apresenta dados sobre estes cursos.

Quadro 4 - Dados dos cursos de graduação da Instituição 3.

DADOS / CURSO	Agronomia	Zootecnia
Início do curso:	1995	1999
Carga horária:	5.201 horas	4.874 horas
Duração:	5 anos	5 anos
Período:	Integral	Integral
Regime:	Anual	Anual

Fonte: Dados da pesquisa, (2024)

A análise do PPC do curso de Agronomia permitiu identificar dentro da Matriz Curricular, nas quais podem ser contemplados conteúdos voltados para questões de sucessão rural ou agricultura familiar. Duas destas disciplinas são ofertadas no 1º ano do curso, denominadas “Introdução à Agronomia e Ética e Vivência Extensionista” e a disciplina “Introdução à Extensão Rural e Universitária”. No 3º ano do curso é ofertada a disciplina “Extensão Inovadora I – Organização de Eventos” que contempla em sua ementa: Organização de reuniões, encontros, cursos, simpósios, seminários, feiras, campanhas, mídias ou outros relacionados a agronomia. Sendo assim, nos eventos de cunho científico ou de extensão pode-se contemplar a temática abordada nesse trabalho, enfatizando situações que contemplem a sucessão rural, processos de gerenciamento da propriedade visando a continuidade da mesma por um possível sucessor rural e conseqüentemente, fortalecimento da agricultura familiar.

No 4º ano são ofertadas duas disciplinas, uma destas denominada de “Comunicação e Extensão Rural”, e um dos conteúdos contemplados na ementa é: Políticas públicas e desenvolvimento rural sustentável. Sabemos da importância das políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar e desta forma contribuir para a continuidade das mesmas. A outra disciplina denominada de “Agronomia na Comunidade”, que contempla em sua ementa a análise e viabilidade técnica de projetos voltados a comunidade.

Nas atividades de extensão, pode-se contemplar ações voltadas aos processos de sucessão rural. No curso de Agronomia, essa temática é presente de forma generalizada em diferentes atividades.

Quanto ao atendimento ao egresso, não consta no PPC do curso sobre alguma ação ou projeto voltado para o atendimento ao ex acadêmicos. No PPC do curso aparece uma única vez a palavra “egresso”.

A análise do curso do PPC do curso de Zootecnia, permite identificar em sua Matriz Curricular uma disciplina que possa contribuir para a temática voltada a

sucessão rural. Essa disciplina é ofertada no 4º ano e é denominada “Administração da Empresa Agropecuária”, na qual tem como parte de sua ementa o conteúdo: As funções administrativas: planejamento, organização, direção e controle. Visto que esse conteúdo possa ser genérico, e por se considerar na maioria das vezes a propriedade rural como uma empresa, possa ser associado aos processos de sucessão rural.

As atividades curriculares de extensão do curso são desenvolvidas de maneira interdisciplinar envolvendo a comunidade externa em dias de campo, cursos, palestras, oficinas. Também, dentro das atividades complementares acadêmicas, são realizados congressos com a comunidade acadêmica. Nestes momentos o tema de sucessão rural também pode ser temática a ser abordada. Dentro das ações voltadas para implementar atividades complementares, o documento prevê a realização de encontros com egressos. Neste momento pode-se levantar e analisar os possíveis destinos dos egressos e assim inferir sobre aqueles que após formação, retornaram para a propriedade familiar exercer a profissão.

Em ambos os cursos da instituição 3, não foi mencionado a existência de algum portal no sistema acadêmico, rede social ou outro meio específico para contato via digital com egressos.

Em uma análise geral, observa-se que, mesmo que os PPCs dos cursos estudados contemplem, seja na Matriz Curricular, atividades de extensão, projetos ou atendimento ao egresso, o que de fato é importante para o sucesso no incentivo e sensibilização dos acadêmicos sobre a temática de sucessão rural, sucessão geracional ou de forma geral, elucidar a importância da aplicação do conhecimento obtido durante a graduação na propriedade familiar, está relacionado ao método e conduta por parte do corpo docente e coordenações, seja nos conteúdos ou ações realizadas no curso.

Ainda que as diretrizes curriculares não solicite obrigatoriamente a presença desta temática nos documentos norteadores, por ser uma temática de suma importância que contribui para diversos fatores para o desenvolvimento rural, seria de fundamental importância incorporar possíveis formas contemplem ações sobre a sucessão rural, visto que, o PPC é o documento que normatiza e regulariza as ações dos cursos de graduação.

4.2 RELAÇÃO ENTRE MIGRAÇÃO RURAL E O ENSINO SUPERIOR

No presente estudo, analisou-se 153 acadêmicos filhos de produtores rurais. A Tabela 1 mostra o perfil das turmas nas quais foram aplicados os questionários.

Tabela 1 - Perfil das turmas quanto ao número total de alunos e número de filhos de produtores rurais nas três IES

Turmas de Acadêmicos Ingressantes				
IES	Agronomia		Medicina Veterinária ou Zootecnia	
IES 1	Número de alunos por turma	46	Número de alunos por turma	38
	Número de filhos de produtores	21	Número de filhos de produtores	15
IES 2	Número de alunos por turma	38	Número de alunos por turma	36
	Número de filhos de produtores	11	Número de filhos de produtores	13
IES 3	Número de alunos por turma	33	Número de alunos por turma	31
	Número de filhos de produtores	09	Número de filhos de produtores	10
Turmas de Acadêmicos Concluintes				
IES	Agronomia		Medicina Veterinária ou Zootecnia	
IES 1	Número de alunos por turma	41	Número de alunos por turma	38
	Número de filhos de produtores	13	Número de filhos de produtores	15
IES 2	Número de alunos por turma	24	Número de alunos por turma	29
	Número de filhos de produtores	13	Número de filhos de produtores	11
IES 3	Número de alunos por turma	41	Número de alunos por turma	36
	Número de filhos de produtores	16	Número de filhos de produtores	13

Fonte: Dados da pesquisa, (2024)

Observa-se que menos da metade das turmas de ingressantes são filhos de produtores rurais (79 alunos) em relação ao total de alunos da turma (222 alunos). O mesmo é observado nas turmas de concluintes, sendo menos da metade das turmas compostas de filhos de produtores rurais (81 alunos) em relação ao total de alunos da turma (209) alunos. Estes dados provocam para análise sobre a importância de condutas nos cursos de Ciências Agrárias, em específico aos filhos de produtores, não pela baixa representatividade dos mesmos, mas pelo fato da influência das instituições de ensino em relação a sucessão geracional.

Conhecer as características dos jovens e das jovens é o primeiro passo para possibilitar ações de transformação no campo. A Tabela 2 possibilita analisar o perfil dos acadêmicos filhos de produtores rurais das três IES.

Tabela 2 - Perfil dos acadêmicos das três IES (gênero, cursos, idade)

Indicadores de Perfil	Categorização do perfil de jovens	Percentual de estudantes
Gênero	Feminino	32,6%
	Masculino	67,3%
Curso	Agronomia	54,2%
	Medicina Veterinária	30,8%
	Zootecnia	15,0%
Idade	De 18 a 25 anos	58,2%
	De 26 a 32 anos	31,4%
	De 32 a 38 anos	5,2%
	De 37 a 45 anos	2,6%
	46 anos ou mais	2,6%

Fonte: Dados da pesquisa, (2024)

Quanto à distribuição dos participantes da pesquisa por gênero, 32,67 % são do gênero feminino e 67,3% do gênero masculino. Embora observa-se o predomínio de homens, no curso de Zootecnia apresenta maior número de acadêmicas. De forma geral cursos voltados a formação agrária são de fato com maior predominância do gênero masculino.

Em estudos realizados por Maia (2011), mostram que o meio rural não é mais atrativo para as mulheres quanto é aos homens, masculinizando o meio rural, pois desde muito cedo os pais incentivam muito mais os filhos homens a trabalhar e ajudar na propriedade do que as filhas. Salienta-se que, por ser uma amostragem específica, o estudo não evidenciou questões relacionadas especificamente a permanência por gênero. De mesma forma, não se pode afirmar que na atualidade este fato reflita na não permanência das mulheres no meio rural e em específico, as que buscam formação acadêmica.

Mello et al. (2013) ressalta que as questões relacionadas ao gênero na sucessão rural é o problema mais observado na transmissão das propriedades para as próximas gerações. De acordo com os resultados observados neste trabalho e pelo próprio perfil dos acadêmicos dos cursos em estudo que em sua maioria são homens, quando trata-se da mulher, jovem que busca formação acadêmica, estas também devem ter merecido espaço na propriedade familiar, sentindo-se estimulada ao ficar confiante e escolher por participar de processos de sucessão e não do contrário, ao serem excluídas das questões voltadas a propriedade, serem então impulsionadas em não permanecer no meio.

Na literatura (ANJOS; CALDAS, 2005; CAVICCHIOLI et al., 2018; VILLWOCK; GERMANI; RONCATO, 2016; PANNO, 2016; STRAPASOLAS; 2011; MATTE; MACHADO, 2017; MATTE; SPANEVELLO; ANDREATTA, 2015) é salientado que ainda existe uma masculinização muito arraigada no campo, mas também em algumas situações, ocorreu que as sucessoras do gênero feminino estão presentes nos membros que querem ficar nas propriedades e estão buscando o aperfeiçoamento para continuar o trabalho (RAMBORGER et al., 2022).

O crescimento do número de mulheres gestoras na agricultura brasileira reitera o progresso do empoderamento feminino e reforça que o aporte das mulheres no desenvolvimento econômico e social do meio rural se associa com sua maior capacidade mental desenvolvida ao longo dos anos, à exemplo da memória, atenção, planejamento, raciocínio e produtividade (SPANEVELLO; MATTE; BOSCARDIN, 2016; ESTANISLAU et al., 2021).

No entanto, como resultado importante da presente pesquisa, observa-se que a desigualdade de gênero existente nos cursos das ciências agrárias ainda é observada. Embora as jovens do sexo feminino venham conquistando maior espaço, ainda há predominância de jovens do sexo masculino nestes cursos.

Com relação a representatividade dos cursos de graduação, o curso de Agronomia apresenta maior quantidade de filhos de produtores rurais, sendo 54,2% dos estudantes participantes do estudo, seguido pelo curso de Medicina Veterinária com 30,47% dos estudantes e 15,0% dos estudantes cursam Zootecnia. O resultado referente a este último curso, está relacionado ao fato de que apenas em uma das três IES o curso é ofertado, sendo assim, o estudo foi aplicado em menos turmas em comparação aos outros cursos.

Um dos fatos que justificam a maior representatividade de filhos de agricultores cursarem Agronomia, pode estar vinculada à intensa prática da agricultura nesta região conforme veremos adiante, porém, estatisticamente não pode-se afirmar com certeza esta relação, pois os acadêmicos das IES são oriundos de diferentes regiões e não houve análise pontual da relação entre cursos de graduação e práticas realizadas nas propriedades.

A grande maioria dos acadêmicos apresentam idade entre 18 e 25 anos e 26 a 32 anos (58,2% e 31,4% respectivamente). Este resultado mostra a importância da sucessão geracional nos processos de sucessão. Relacionando os resultados obtidos, um dado importante a ser levado em consideração é em relação à população rural. Segundo dados apontados pelo IBGE (2017), 2% da população rural possui idade

inferior a 25 anos, 74,8% têm idade entre 25 a menos de 65 anos e, 23,2% possuem 65 anos ou mais, prevalecendo a maioria (81%) do sexo masculino, sendo assim, necessita-se ter um olhar para esta minoria, mesmo em nível nacional, fortalecendo as perspectivas dos mesmos em permanecer no meio rural.

Estudos realizados por Breitenbach e Corazza (2019) com objetivo de analisar as perspectivas de permanência no meio rural e sucessão familiar na agricultura dos jovens e das jovens rurais estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, também obtiveram resultados semelhantes aos deste trabalho, onde 71,2% dos pesquisados eram jovens entre 21 e 25 anos.

Estes resultados corroboram e incentivam para uma maior discussão acerca da sucessão geracional, alertando para a importância das propriedades zelarem e prezarem pelo adequado processo sucessório, identificando e preparando os possíveis sucessores desde cedo, garantindo o futuro da propriedade familiar.

Quanto a residência, a maior parte dos acadêmicos, sendo estes 58%, residem na propriedade rural e 42% não moram na propriedade. Residir na propriedade rural é de extrema importância para familiarizar-se com as atividades e conhecer sobre as demandas da mesma e desta forma participar dos processos relacionados a sucessão. Neste sentido, Nottar e Favretto (2021), afirmam que a entrada precoce dos jovens rurais nas atividades da propriedade, permite que eles se desenvolvam e aprimorem o conhecimento das técnicas de produção.

Uma das instituições estudadas é de ensino público e oferta os cursos de forma integral, fatores que vão ao encontro do perfil de acadêmicos que necessitam residir na cidade onde a instituição está estabelecida. Mesmo os que não residem na propriedade, podem auxiliar nas atividades da mesma ou ainda trabalhar na propriedade e consequentemente ser um possível sucessor. O mesmo já foi constatado por Matte, Spanevello e Andreatta (2015), em os jovens residem no meio urbano para estudar, contudo conseguem participar ativamente das atividades nos fins de semana, em razão da proximidade com a propriedade rural.

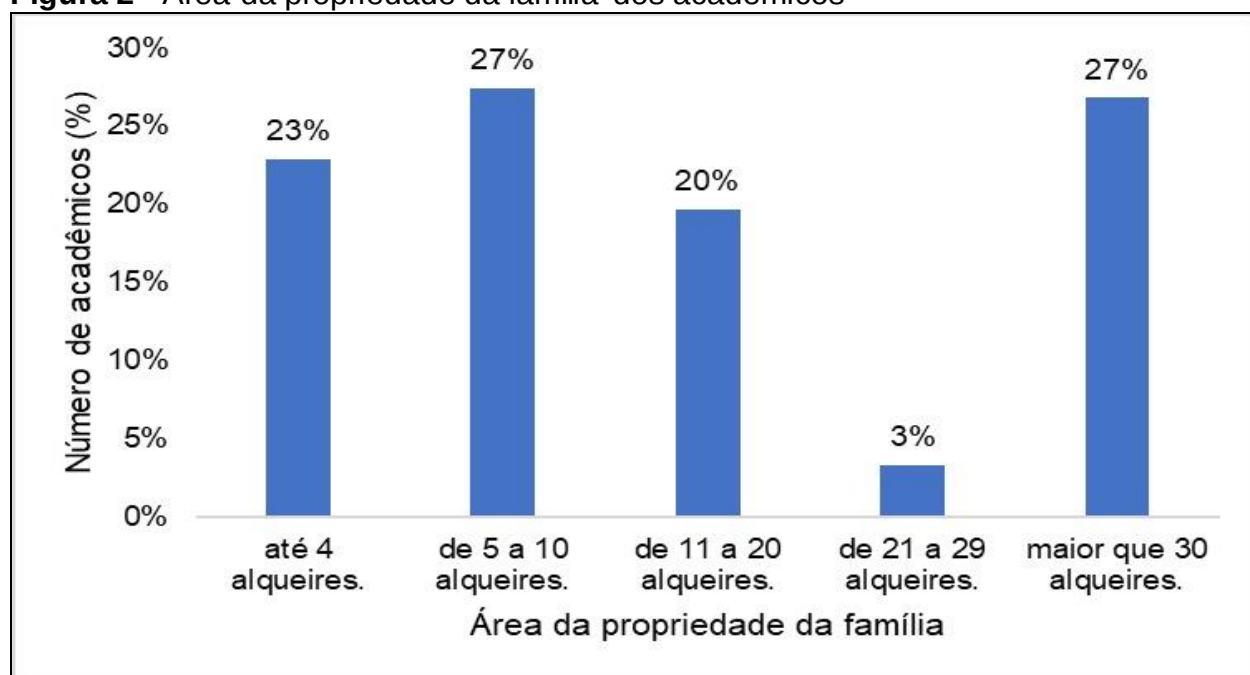
Manzano, Ayala-Calvo e Schumacher (2021) afirmam que o êxito do processo de sucessão é condicionado pelo processo de socialização do sucessor, ou seja, o ambiente em que o sucessor está inserido, tem impacto direto no processo de sucessão, bem como o engajamento e disposição do próprio sucessor também afetam o processo.

Diamor e Sudré (2021) ressaltam que o jovem rural (juventude rural) está neste meio desde a infância, participando das atividades, aprendendo-as e posteriormente

trabalhando efetivamente no negócio; portanto, a vivência precoce na propriedade rural influencia a escolha da profissão, facilitando o processo de sucessão.

Relacionado a caracterização das propriedades, observa-se uma variação com relação ao tamanho das mesmas, predominando propriedades formadas por até quatro módulos fiscais (73%) e de acordo com esse critério são classificadas como pequenas propriedades (Figura 2).

Figura 2 - Área da propriedade da família dos acadêmicos



Fonte: Dados da pesquisa, (2024)

Carboni (2022) ao verificar se os fatores relacionados à infraestrutura das propriedades influenciam a permanência dos jovens nas mesmas, no município de Relvado/RS, identificou que 75% dos jovens residem em propriedade com tamanho entre 11 a 50 hectares, o que refere-se a aproximadamente 21 alqueires, resultado semelhante aos deste trabalho.

Um estudo realizado por Breitenbach e Troian (2021), realizado no município de Santana do Livramento/RS, identificou que os jovens que pertencem a propriedades maiores, ou seja, com mais disponibilidade de terra, têm mais disposição a serem sucessores nas propriedades. No entanto, o mesmo estudo apontou que a falta de abertura dos pais para que os filhos participem das tomadas de decisões é uma das principais causas para reduzir o interesse dos jovens em serem os gestores da propriedade.

Kestring et al. (2020), ao analisar a caracterização e percepção dos jovens de um município do Oeste do Paraná, quanto a permanência ou saída do campo,

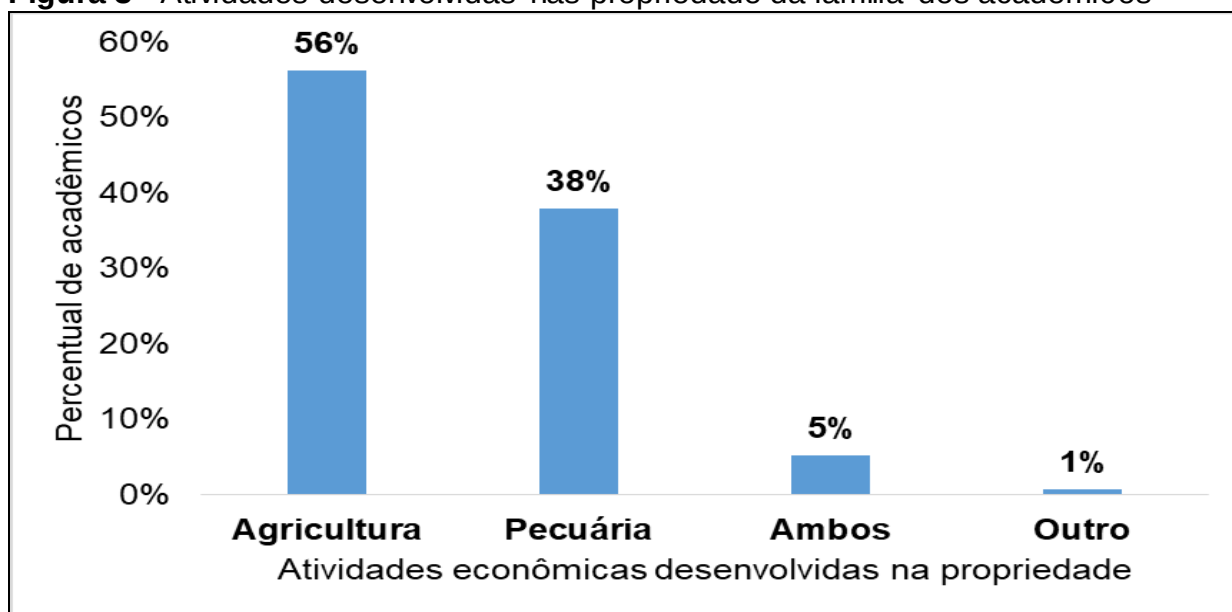
constatou que a maioria dos participantes (87%) residem em propriedades com até 30 alqueires, indo ao encontro dos resultados deste trabalho em que as IES em estudo estão estabelecidas na região Oeste.

Paula, Moreira e Mota (2017), com objetivo de identificar a real situação existente entre os acadêmicos do Curso de Agronomia UFFS quando o assunto sucessão familiar é colocado em foco, verificaram que 58% dos jovens participantes do estudo indicaram que o tamanho da propriedade não é um fator que dificulte os processos de sucessão.

A área pequena para produção também influencia na escolha do sucessor em permanecer na propriedade, portanto é motivo para evasão do sucessor. Toledo e Zonin (2021) identificaram este aspecto como sendo um dos motivos do sucessor optar por outras atividades não agrícolas. Esse fato pode levar a escolha de não permanência do jovem na propriedade, como veremos adiante.

Com relação as atividades econômicas desenvolvidas nas propriedades, ocorre predomínio da agricultura (56%), seguido da pecuária (38%), que engloba a suinocultura, avicultura, pecuária leiteira, gado bovinocultura de corte e piscicultura. Em algumas propriedades ocorre a prática de ambas as atividades (5%) e ainda 1% dos acadêmicos responderam que outro tipo de atividade é realizado, sendo uma destas o turismo rural (Figura 3).

Figura 3 - Atividades desenvolvidas nas propriedade da família dos acadêmicos



Fonte: Dados da pesquisa, (2024)

Mesmo que possíveis entraves possam ocorrer na prática agrícola no decorrer das safras de produção de grãos ou mesmo na agricultura orgânica, esta é uma atividade com rentabilidade significativa, bem como, a pecuária, principalmente a de

produção de proteína animal, incentivando o jovem a sentir-se motivado em permanecer na propriedade no futuro. Contudo, propriedades que apresentam riscos e incertezas, tanto internos quanto externos, em relação ao sucesso das atividades desenvolvidas podem desincentivar os sucessores, facilitando a evasão (CARVALHO; RODRIGUES; GRZEBIELUCKAS, 2021).

A maioria dos jovens rurais considerarem de importância significativa para a sua permanência na propriedade a prática de atividades consolidadas, por vezes havendo nestas um grande capital investido nas instalações que já estão em operação. Mediante a isso, estes jovens tem pretensão a continuidade futura das atividades desenvolvidas nestas propriedades através da sucessão familiar, muitas vezes com projeções de ampliação da capacidade produtiva destas atividades (BRIZZOLLA, 2020).

Silva e Hespanhol (2016) apontam como estratégias para a reprodução social da agricultura familiar a diversificação das atividades na propriedade, colaborando até mesmo na produção para o consumo, adquirindo assim uma maior independência de mercado, maior agregação de valor aos produtos além de melhores condições de vida, manter a propriedade ativa. A possibilidade de desenvolver outras atividades nas propriedades rurais influencia positivamente na sucessão, pois permite, além da atividade principal, desenvolver outras que agreguem e complementam a renda do negócio familiar (MONTEIRO; MUJICA, 2022).

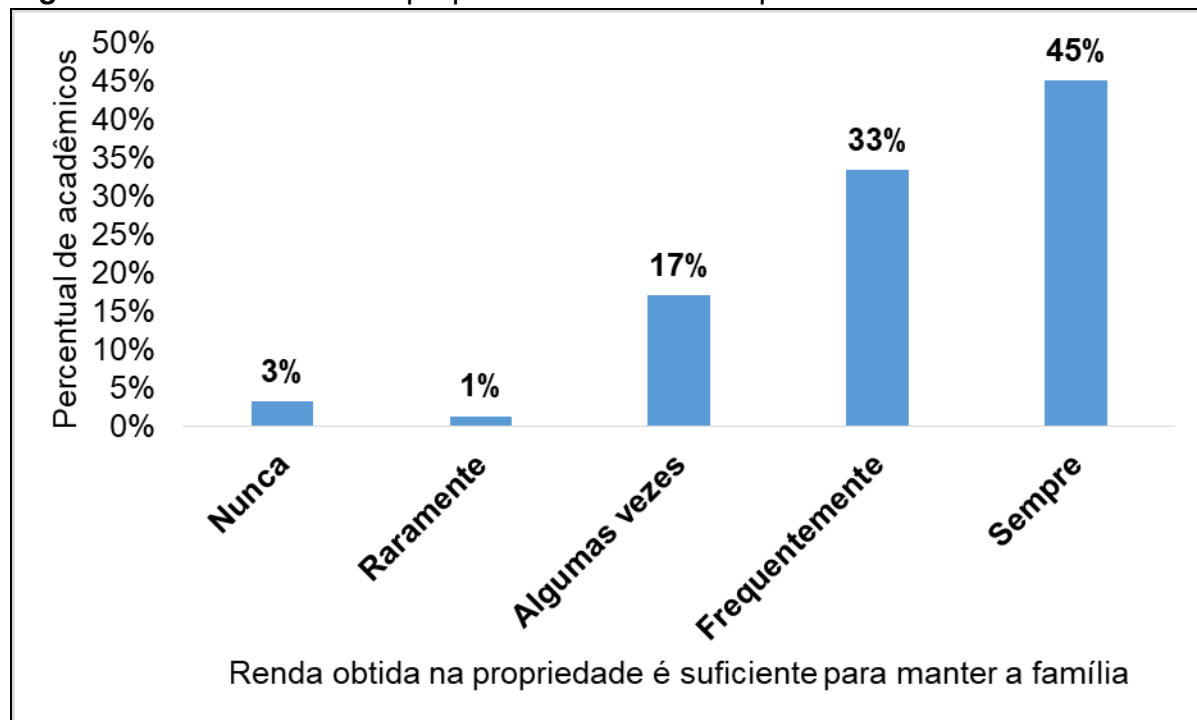
De acordo com Spanevello et al. (2017) e Matte et al. (2019), a diversificação da produção e das atividades desenvolvidas nas propriedades no meio rural pode ser uma maneira de garantir que os filhos permaneçam na propriedade. Nas propriedades familiares dos acadêmicos que fizeram parte deste estudo, ocorre a prática de uma atividade principal e outras secundárias, principalmente quando se é praticado a pecuária.

Os jovens rurais visam a diversidade das atividades da propriedade, buscando não trabalhar somente com as atividades primárias, mas também agregando valor aos produtos, processos e também a propriedade, conquistando assim uma autonomia financeira e a gestão da unidade familiar. O meio rural pode trazer ao jovem uma forma de realizar seus projetos de vida que vão além da produção agrícola (MARIM; FROEHLICH, 2019).

Quando questionados se a renda obtida na propriedade é suficiente para manter a família, a maioria dos acadêmicos responderam que sempre (45%) ou frequentemente (33%), totalizando 78% dos participantes. Ainda assim, chama atenção

para os resultados que indicam que a renda obtida algumas vezes, raramente e nunca é o suficiente para as necessidades da família, sendo estes 21% dos participantes (Figura 4).

Figura 4 - Renda obtida na propriedade é suficiente para as necessidades da família



Fonte: Dados da pesquisa, (2024)

A renda obtida pela família tem influência na decisão do jovem entre ficar ou sair do meio rural. Na maioria das propriedades da qual os acadêmicos fazem parte a renda é significativa e portanto torna-se um atrativo para que os mesmos decidam por permanecer na propriedade mesmo após formação, podendo inclusive cooperar para melhorar ainda mais a renda através dos conhecimentos obtidos durante a graduação.

Estudos tem observado a importância da renda para a sucessão geracional, pois a baixa rentabilidade, ou a falta de satisfação com a renda, contribui na geração do interesse dos sucessores em não permanecer no campo, podendo culminar na decisão por migrar para a cidade. Verifica-se então, a clara existência de uma relação frequente entre a renda e a sucessão (SAVIAN, 2014; Matte; Machado, 2017).

Há uma década, o principal motivo para a decisão de deixar o meio rural era a falta de uma renda regular satisfatória. Altmann et al. (2003), observou nos resultados de seus estudo sobre sucessão rural que 25% dos jovens filhos de agricultores migraram para os centros urbanos, motivados pela baixa rentabilidade das atividades agrícolas, uma vez que fatores climáticos e de mercado constantemente afetavam os

sistemas de cultivo e criação no meio rural, comprometendo de forma negativa os resultados econômicos esperados.

Graças ao novo olhar voltado para o meio rural nos últimos anos, ações se efetivaram contribuindo para a melhor geração de renda, a situação econômica das propriedades rurais melhoraram e junto a este fato, os jovens rurais tem observado perspectivas futuras em permanecer no meio rural e participar dos processos de sucessão.

Ter um sucessor fornece um estímulo para obter maior renda agrícola, ou seja, torná-la atraente para a próxima geração, por meio do investimento e adoção de tecnologias de produção de capital intensivo, aumentando a eficiência da produção e, portanto, aumentando a renda e as chances de sucessão familiar (MISHRA; EL-OSTA; SHAIK, 2010; SPANEVELLO et al., 2011; SPANEVELLO et al., 2017).

Quando relaciona renda e atividades desenvolvidas nas propriedades, estudos demonstram que as propriedades que optam por ter mais de uma atividade para poder diversificar a produção, apresentam maior incremento na renda familiar. Dentre essas atividades estão criação de suínos, aves, gado de corte e leiteiro e em alguns casos algumas lavouras (RAMBORGER et al., 2022). A formação acadêmica dos jovens rurais em Ciências Agrárias vem a contribuir para implementação de novas atividades e aprimoramento das já existentes, aumentando a renda da propriedade e consequentemente tornando-a um atrativo para os mesmos permaneçam nelas após a graduação.

Contrariamente, se a renda da propriedade não for suficiente, conforme foi constatado em parte das propriedades neste estudo (21%), acaba impactando no sustento da família e faz com que os filhos mais jovens venham a recorrer ao trabalho na cidade, o que pode ser um agravante para os processos de sucessão geracional.

Santos et al. (2023), ao analisar a percepção dos jovens rurais do Rio Grande do Sul sobre as possibilidades de sucessão rural em suas famílias, constataram que 63% das justificativas destes para permanecer no meio rural diz respeito ao aumento da renda obtida nas propriedades, para tanto, relatam que isso seria possível por meio da intensificação das atividades produtivas e qualificação dos processos. Sendo assim, se faz necessária a busca pela graduação com a concomitante qualificação para a agricultura familiar.

Segundo Matte e Machado (2016), as chances de ocorrer sucessão rural são maiores nas propriedades de maior porte e renda do que em pequenas propriedades de agricultores familiares, uma vez que os fatores econômicos exercem importante

papel de decisão. Conforme citado anteriormente, com o passar dos anos as ações voltadas por meio de políticas públicas para as pequena propriedades de agricultura familiar tem contribuído para melhoria da renda destas, motivando a permanência do jovem rural, o que pode significar que nestas propriedades rurais as chances de ocorrer a sucessão são maiores.

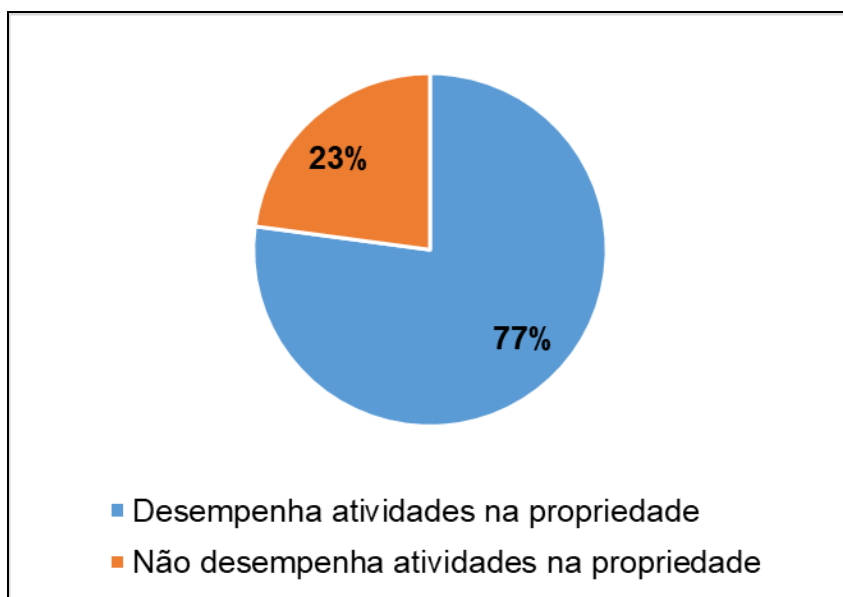
Fagundes e colaboradores (2021), também relatam em seu trabalho que uma renda considerada satisfatória está entre os fatores mais importantes para os jovens permanecer nas propriedades, juntamente aos incentivos externos dispensados a estes jovens.

Sendo assim, cabe dentre diversos fatores já discutidos, que haja incentivo por parte das instituições de ensino para que estes jovens rurais apliquem os conhecimentos adquiridos nas Ciências Agrárias, melhorando as perspectivas econômicas das propriedades, contribuindo para sucessão geracional.

A seguir será elucidado sobre as questões relacionadas ao envolvimento dos acadêmicos em atividades nas propriedades familiares e da importância disso para a sucessão geracional.

Quantidade significativa de acadêmicos desempenham atividades na propriedade familiar, sendo estes 77% dos participantes deste estudo. Outros 23% não desempenham atividades (Figura 5). Dentre estes últimos, boa parte são estudantes de uma das instituições pesquisadas, na qual os cursos contemplados neste estudo são ofertados no período diurno e na modalidade integral ou ainda, são naturais de outros municípios e estados, residindo atualmente no município onde a instituição está estabelecida devido aos estudos, o que interfere na disponibilidade de tempo para o desempenho de atividades na propriedade.

Figura 5 - Participação dos acadêmicos nas atividades da propriedade



Fonte: Dados da pesquisa, (2024)

Breitenbach e Corazza (2019), em um estudo realizado com objetivo de analisar as perspectivas de permanência no meio rural e sucessão familiar na agricultura dos jovens rurais estudantes do Rio Grande do Sul, verificaram que 79,3% destes estudantes têm participação em atividades da propriedade, resultados estes semelhantes aos deste estudo. No estudo realizado pelas autoras, também observaram que estes jovens demonstram interesse em ser o gestor e ser o sucessor da propriedade, assim como pretendem permanecer nesta e/ou no meio rural após formação.

A complexidade de gestão do campo exige pessoas profissionalizadas para gerenciar as propriedades. Estudando as chances de sucesso no campo são maiores (BREITENBACH, 2024).

Ao participarem ativamente nas atividades e na gestão da propriedade, os jovens potenciais sucessores ficam próximos dos pais (atuais gestores) durante sua formação, recebendo a experiência e conhecimento, valores, além de outros recursos (BREITENBACH, 2024). Além disso, isso faz com desenvolvam competências e interesse em assumir a propriedade no futuro. Por outro lado, muitos pais evitam essa participação dos filhos, pois os problemas de agência familiar aumentam quando a gestão envolve integrantes da família que pertencem a diferentes gerações (BASCO, 2023).

Conforme Troian e Breitenbach (2018), os jovens rurais constroem os seus projetos de vida no ambiente do núcleo familiar, fundamentados nas decisões e nas possibilidades de contribuir com o desenvolvimento da propriedade através do seu envolvimento, principalmente com a sua mão de obra nas atividades desenvolvidas.

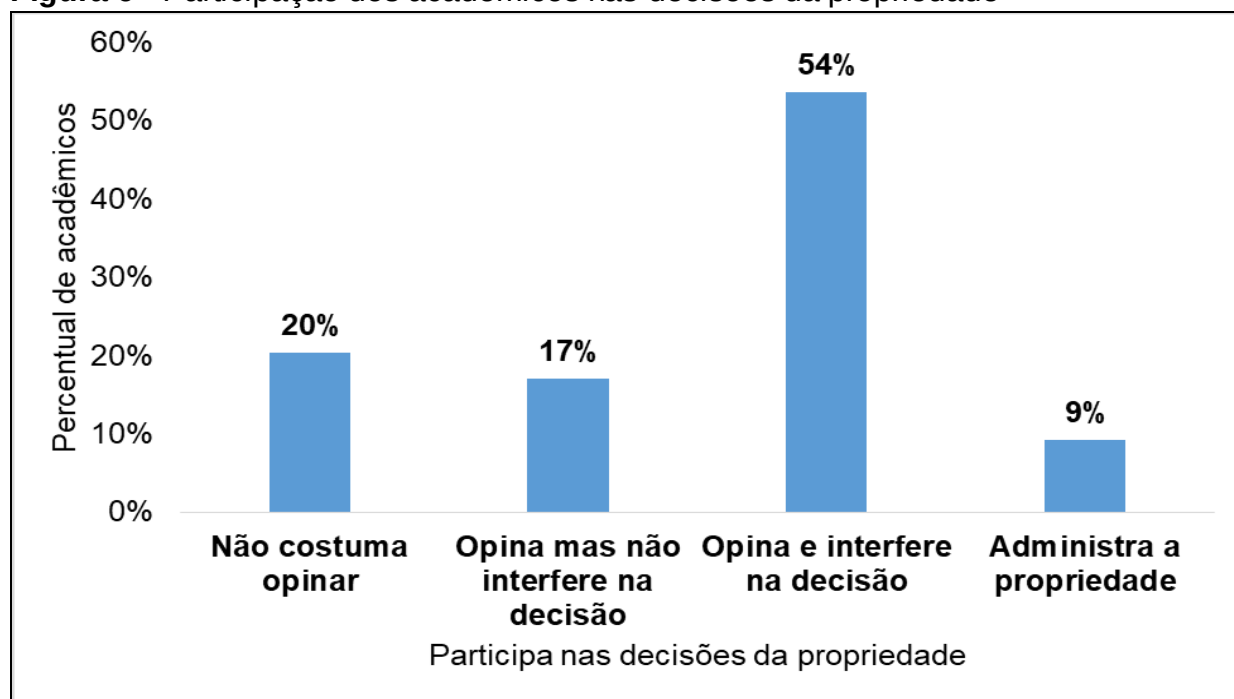
Acredita-se ser este o momento e o ambiente propício para desenvolver e aprimorar o conhecimento das técnicas de produção, ganhando segurança, enquanto jovens empreendedores, para se consolidar na agropecuária se assim entenderem.

O que observa-se relacionado à participação dos jovens rurais em atividades na propriedade familiar é que, ao passo que estes jovens são inseridos nas atividades gerenciais e operacionais da propriedade, contribui para sua participação no processo de tomada de decisões dentro da propriedade dos pais.

De mesmo modo à medida que participam nas atividades da propriedade, aliado a um nível maior de estudo na área agrícola, os jovens são influenciados a valorizar o trabalho na agricultura e permanecer no campo (CAVICCHIOLI et al., 2015).

Em relação sobre a possibilidade de realizar sugestões sobre diversos fatores que envolvem a gestão e ações em geral nas propriedades, os acadêmicos participantes deste estudo, em sua grande maioria, sendo estes 63%, opinam e as sugestões destes são levados em consideração nas decisões tomadas ou são os próprios administradores da propriedade. Em contrapartida 37% opinam, porém as sugestões não são levadas em consideração ou preferem não opinar (Figura 6).

Figura 6 - Participação dos acadêmicos nas decisões da propriedade



Fonte: Dados da pesquisa, (2024)

A participação dos jovens na tomada de decisões e nas atividades da propriedade, influencia positivamente o jovem a permanecer no meio rural. Silva et al., (2001) em seu trabalho mostrou que 71% dos jovens participavam das tomadas de

decisões da propriedade juntamente com os pais, mostrando a importância desta liberdade que pais dão aos filhos para a continuidade da propriedade.

Nottar e Fraveto (2021), mostram nos resultados obtidos em estudos, uma boa participação nas tomadas de decisão pelos jovens nos empreendimentos de suas famílias, alcançando 62% quando considerado também aqueles que já respondem pelo empreendimento. Outros 32% afirmaram que os pais possibilitam apenas uma pequena abertura para opinar nas decisões da propriedade.

Carboni (2022), em estudo realizado no Sul do país, com objetivo de identificar os fatores que determinam a permanência dos jovens no meio rural, relata que 85% deles responderam que as decisões de gestão são sempre tomadas em conjunto, no entanto, 15% dos jovens alegaram que apenas algumas vezes as suas sugestões de gestão são ouvidas pelos pais.

Santos et al. (2023), relatam como resultado de seus estudos, que no que refere-se ao processo de tomada de decisão, 48,3% dos jovens declararam que as decisões são tomadas por todos os membros da família e todas as opiniões são consideradas.

No decorrer do processo de tomada de decisões, os jovens exibem maior capacidade de agregar mudanças e inovações nas propriedades rurais, esse fato relaciona-se com o maior nível de escolaridade, maior curiosidade e domínio das tecnologias com acesso à informação instantânea (ZONIN, 2021).

Em alguns casos o processo de sucessão rural tem sido comprometido em função de que os genitores têm limitado a participação dos jovens nos processos gerenciais das propriedades, especialmente na tomada de decisões. A resistência dos pais em deixar os filhos participarem da gestão dos empreendimentos rurais além de dificultar muitas vezes o desenvolvimento econômico das propriedades, também acabam desestimulando os jovens a permanecer no meio rural.

Breitenbach e Corazza (2021), em estudo realizado com jovens rurais do Rio Grande do Sul, também revelou que o processo de sucessão rural tem sido comprometido devido a limitação impostas aos jovens nas sugestões da propriedade. Esta mesma pesquisa apontou que apenas 28,1% jovens afirmaram participar da tomada de decisões, enquanto 48,1% deles informaram que apenas auxiliam nas atividades de produção, sem opinar nas decisões referentes as propriedades.

Brizzolla et al. (2020), ao analisar o processo de sucessão familiar no estado do Rio Grande do Sul, 59,09% dos filhos de produtores rurais afirmam que possuem autonomia na tomada de decisões e conseguem expor suas opiniões, contrariamente,

40,91% responderam que suas opiniões não são levadas em conta em processos decisórios. Entre aqueles que responderam sim, justificaram que a decisão é tomada em conjunto com os familiares, onde os pais permitem essa autonomia e exposição de opinião, através de conversas. Além disso, o percentual que não participa das decisões e não dá opiniões, é porque os pais gerenciam a propriedade e acabam não aceitando que o filho participe da tomada de decisão.

Entende-se que o problema relacionado a valorização e abertura para que o jovem rural possa participar na tomada decisões por meio de sugestões para a propriedade, precisa ser enfrentado com estratégias, como diálogo, confiança e formação. É importante ampliar a interação entre pais e filhos, discutindo e planejando conjuntamente as atividades, oportunizando a participação o mais cedo possível, para que eles aprendam com os erros e acertos, adquiram confiança e, quem sabe, se tornem futuramente um gestor, participando do processo de sucessão geracional.

Quando questionados sobre os investimentos que realizaria se tivesse recursos disponíveis para tanto, um número significativo de acadêmicos que totalizam 38% afirmam que investiriam em atividades fora propriedade. No entanto, superando essa quantidade de forma muito mais significativa, sendo estes 60% dos acadêmicos, afirmam que investiriam na própria propriedade ou ainda em estudos, conforme Figura 7.

Figura 7 - Possíveis investimentos realizados pelos acadêmicos relacionados a renda



Fonte: Dados da pesquisa, (2024)

Vale ressaltar que os participantes do estudo que almejam investir em outra setores que não seja na propriedade familiar, podem ser os mesmos que não tem

espaço para opinar sobre as condutas relacionadas com relação a mesma, deste modo, não veem sentido ou desejam investir nesta.

No estudo realizado por Carboni (2022), a autora enfatiza que um dos pontos de extrema importância em estudar os processos de sucessão geracional para a escolha foi a relevância que esta faixa etária pode representar perante a economia das propriedades uma vez que, de maneira geral, é esta população que têm potencial para investimentos em novas tecnologias e atividades produtivas, dando suporte ao aumento da renda e continuidade às propriedades da agricultura familiar local.

Nas propriedades rurais, em especial nas que se enquadram na agricultura familiar, observa-se consequências negativas quando corre baixos investimentos, dentre estas, menores possibilidades de sucessão (CALUS, 2019). As atividades agropecuárias exigem por "sangue novo", pois a população agrícola de maior faixa etária provavelmente será menos competitiva no mercado atual porque é mais lenta na adoção de novos investimentos, principalmente tecnologias agrícolas (BREITENBACH; FOGUESATTO, 2023).

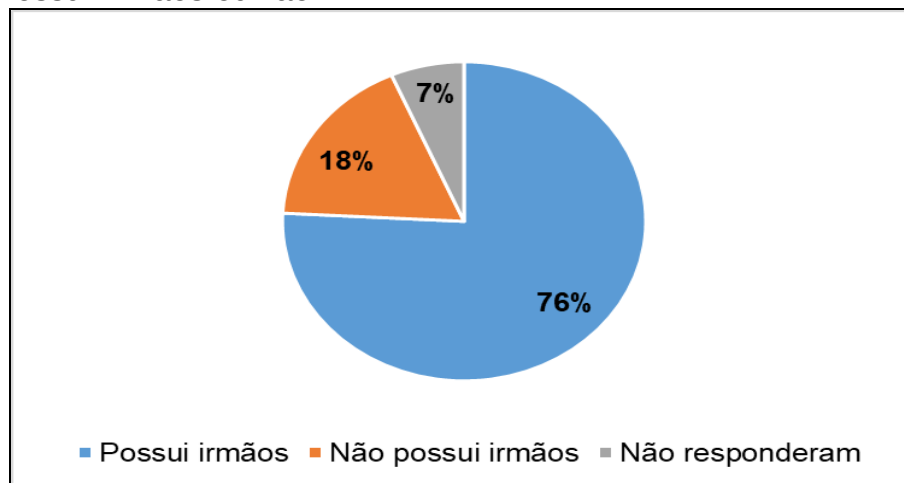
Carboni (2022), relata que um fator determinante para a saída do jovem das propriedades do meio rural é justamente falta de infraestrutura, ou seja, precisa desenvolver o olhar para a necessidade de investimentos com foco no desenvolvimento da propriedade aumentando a produtividade da mesma, contribuindo desta forma para ganhos econômicos. A autora destaca que em seu estudo, 25% dos jovens apontam justamente a impossibilidade de investimentos como desestímulo para permanência na propriedade após estudos.

Ter um sucessor fornece um estímulo para obter maior renda agrícola (ou seja, torná-la atraente para a próxima geração), assim, o jovem rural ao ser estimulado pelo fato de saber que pode estar seguro quanto a sua permanência na propriedade, visualiza novos investimento e dentre estes a adoção de tecnologias de produção de capital intensivo, aumentando a eficiência da produção e, portanto, aumentando a renda, por consequência as chances de sucessão familiar (MISHRA; EL-OSTA; SHAIK, 2010). Este estudo, embora associe vários fatores que buscam compreender os processos de sucessão rural dentro de uma temática maior, um dos fatores mais importantes a serem analisados, está relacionado as perspectivas futuras com relação a propriedade.

A maior parte dos acadêmicos que compõe este estudo, possuem irmãos, sendo que, conforme os resultados abaixo ilustrados (Figura 8), mais de 76% dos

participantes possuem irmãos, 18% não possuem e 7% não responderam a esta questão.

Figura 8 - Possuir irmãos ou não



Fonte: Dados da pesquisa, (2024)

Os resultados observados neste trabalho e que serão tratados mais a frente, vão ao encontro da premissa de que a sucessão familiar segue um padrão onde os pais escolhem um único sucessor, isso se justifica pela pequena extensão de terras na agricultura familiar e, de maneira geral, o filho escolhido é aquele que demonstra mais aptidão para os negócios e para garantir a continuidade da propriedade familiar (BIEGER, 2013).

Santos et al. 2023, ao analisar a percepção dos jovens rurais do Rio Grande do Sul sobre as possibilidades de sucessão rural em suas famílias, obteve que do total dos jovens que participaram do estudo, 46,6% informaram ter irmão mais novo; 21,7% indicaram ter irmão mais velho; 6,7% dos jovens eram filhos(as) únicos(as). Os dados assinalam grande parte desses jovens com potencial para serem sucessores da família. Outro dado relevante atestou que 25% dos jovens entrevistados não tinham nenhum(a) irmão(ã) residindo oficialmente com os pais na propriedade.

Quando o processo de sucessão rural não é planejado previamente, identificando o sucessor e expondo as intenções dos pais para os demais filhos que não pretendem ou serão excluídos da possibilidade de substituí-los, o processo sucessório vai ocasionar conflitos, na maioria dos casos, partindo da forma de remuneração dos irmãos não contemplados com a propriedade até a questão de viés de gênero que tende acompanhar esses processos.

Nas situações em que um filho participa ativamente da administração do empreendimento e os demais têm ocupações não relacionadas ao negócio, Baker (2011) considera necessário atribuir valor distinto à contribuição de cada um ao

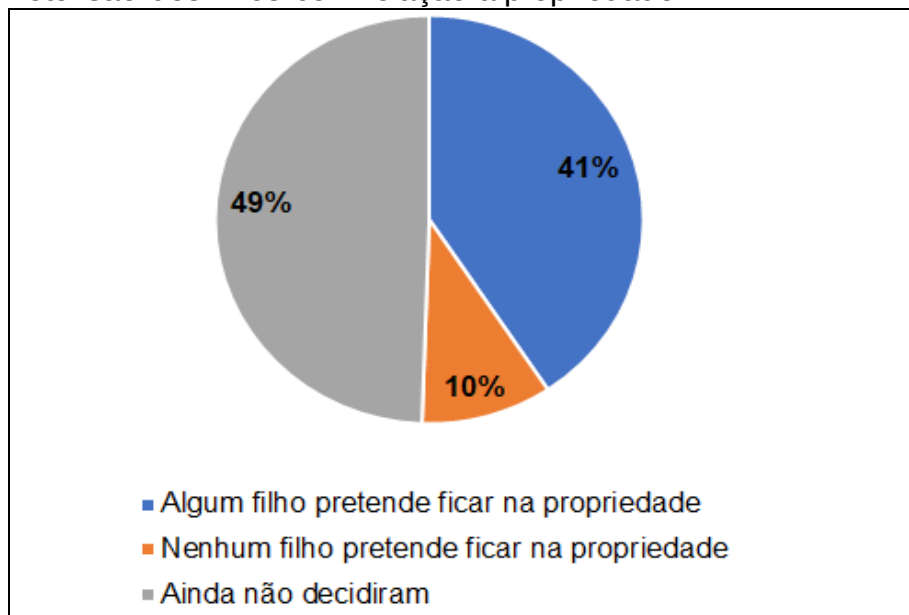
patrimônio e desta forma a escolha do sucessor ocorrer de forma justa evitando-se conflitos entre os irmãos.

Relacionando ao tema deste trabalho, o filho que reside e trabalha nas atividades da propriedade, cursando ensino superior em Ciências Agrárias, poderá ter fatores distintos aos demais irmãos nos processos sucessórios.

Buainain, Silveira e Navarro (2013), ressalta que além do fator econômico, os laços afetivos e a pressão familiar têm importância fundamental no momento de decidir ou não o trabalho agrícola. Isso acaba refletindo na escolha do possível sucessor, pois, uma vez que um ou parte dos filhos residam na propriedade, possivelmente estes serão o sucessores, até mesmo por vontade própria.

Sobre a pretensão de algum filho dos sucedidos no futuro permanecer na propriedade, observa-se que 49% ainda não decidiram sobre, 41% reponderam que algum dos filhos permanecerá, sendo que não significa ser o próprio acadêmico que participou deste estudo e ainda 10% afirmam que nenhum dos filhos pretende ficar (Figura 9).

Figura 9 - Pretensão dos filhos com relação a propriedade



Fonte: Dados da pesquisa, (2024)

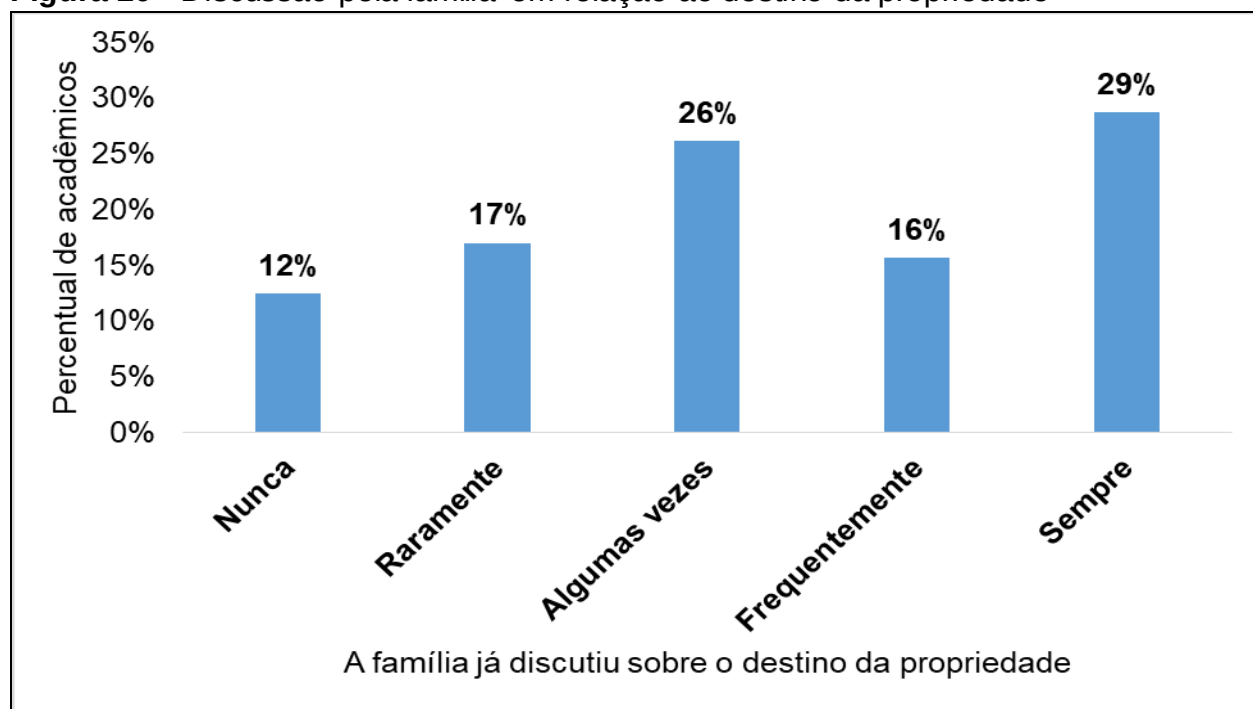
É significativa a quantidade de filhos que ainda não decidiram sobre permanecer na propriedade superando os que já tem decidido sobre. A decisão destes pode estar atrelada a diversos fatores, sejam eles internos ou externos às questões familiares. No entanto, os que ainda não decidiram com relação a permanência podem escolher por permanecer e assim participar dos processos de sucessão. São diversos os cenários relacionados a esta situação. Também vale ressaltar que dependendo dos

filhos que permanecerão, não será tratado como sucessão geracional os processos de sucessão.

Por outro lado, certamente 41% das propriedades familiares dos acadêmicos têm um possível sucessor e analisando os que ainda podem decidir por isso, essa quantidade poderá aumentar. Portanto, é importante que as ações relacionadas ao incentivo, o diálogo, pretensões por parte dos pais sejam elucidadas aos familiares e possíveis conflitos sejam resolvidos, colaborando para que ocorra o processo de sucessão.

Quando questionados sobre se a família do acadêmico já discutiu sobre o destino da propriedade, seja qual for este destino, inclusive escolher um possível sucessor que gerencie a propriedade tão logo ou no futuro, 29% responderam que sempre discutem sobre e 16% responderam que frequentemente discutem a respeito da propriedade, sendo este o cenário positivo. No entanto, os que nunca, raramente ou apenas algumas vezes discutem sobre o assunto somam-se 55%, dado relevante para análise, uma vez que isto pode ser um fato que traga consequências de insucesso para os processos de sucessão (Figura 10).

Figura 10 - Discussão pela família em relação ao destino da propriedade



Fonte: Dados da pesquisa, (2024)

Uma das dificuldades encontradas por Brumer (2000), no Brasil para a sucessão rural é a questão de o pai não poder passar a terra para o filho enquanto ainda vivo, fazendo com que a demora para conseguirem, gera uma baixa expectativa entre o projeto de se instalar como agricultores e conseguirem uma efetiva realização

peçoal. Neste contexto discutir e até mesmo chegar a uma decisão sobre os sucessores torna-se importante.

Com um processo sucessório discutido e planejado, ocorre a transferência de terra, conhecimento e gestão dos agricultores mais velhos para outros mais jovens, ou de uma geração para a próxima, aumentando as chances de prosperidade futura do setor agrícola e, em longo prazo, da produção de alimentos (CONWAY, 2022; MISHRA et al., 2010).

A discussão sobre a sucessão não é simples como parece à primeira vista por envolver questões relativas à morte e à mudança de posição de projetos entre pai e filho. Surge assim, a dificuldade do sucessor em falar sobre o tema com o sucedido, pois ambos acreditam ser assunto passível de discussão apenas após a morte. O resultado deste comportamento é a ocorrência de sucessão sem qualquer planejamento (DINIZ et al., 2013).

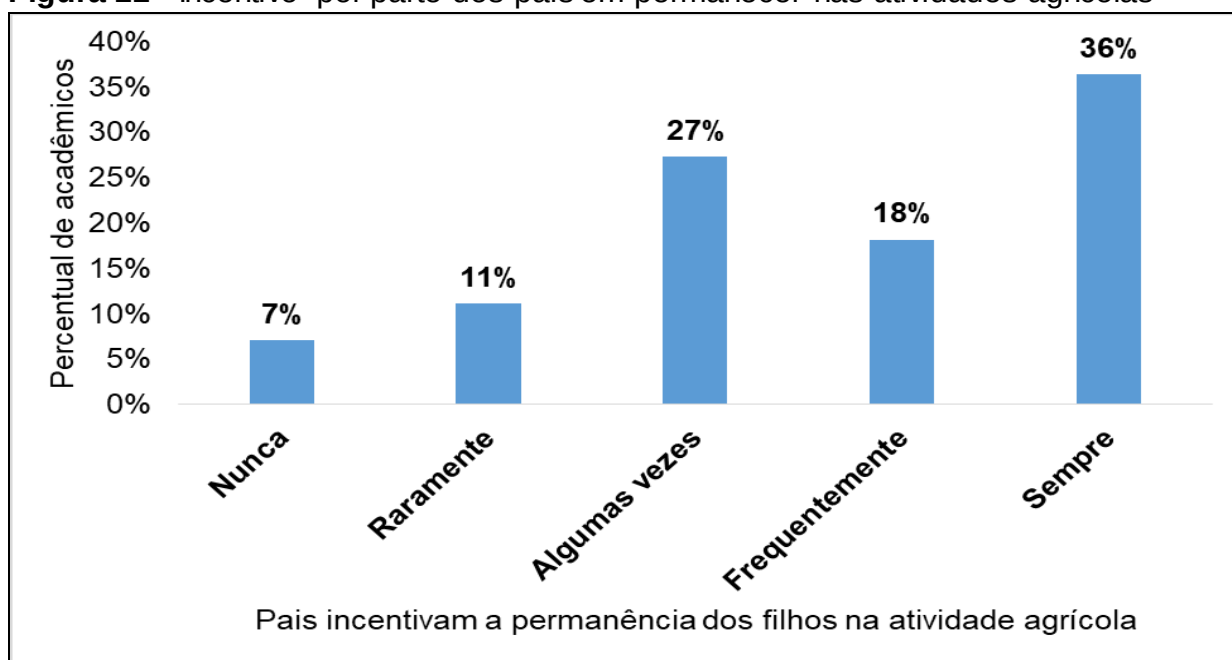
SILVA; THEÓPHILO; SILVA (2018), relatam em seu trabalho a identificação precoce do sucessor e promoção de discussão sobre o tema com o mesmo incluindo-o na elaboração de planos para entregar as rédeas do negócio só é possível mediante a discussão sobre o futuro da propriedade. Nesse sentido, Chemin e Ahlert (2010) recomendam priorizar a formação adequada dos filhos, discutir com serenidade, planejar o processo sucessório pelos familiares, evitando, assim, que possíveis pendências resultem em disputas pelo poder de comando da propriedade ou que isso ocorra de forma imediata trazendo incertezas sobre o futuro dos sucessores ou da própria propriedade.

Os processos de sucessão rural estão intimamente atrelados a diversos processos, dentre estes, o incentivo por parte dos genitores e obviamente, a vontade dos sucessores em permanecer na propriedade.

Mesmo que os resultados deste trabalho mostrem que parte das famílias já discutiram e possam ter decidido quem irá suceder as atividades dos pais na propriedade, não foi inferido sobre qual filho será o sucessor, e desta forma, pode ser que não seja necessariamente o filho que participou deste estudo. Existe também a possibilidade de ocorrer mudanças nesta decisão influenciada por diversos fatores, mas principalmente, pela formação acadêmica deste filho em áreas relacionadas às atividades agropecuárias. Vale ressaltar que um número considerável de famílias poucas vezes ou ainda não discutiram sobre a sucessão ou afirmam que haverá possível sucessor, porém não se sabe ainda quem será.

Quando questionados sobre o incentivo dos pais em permanecer na propriedade, temos resultados que do ponto de vista sucessório pode ser preocupante. A análise dos dados obtidos mostra que 54% dos acadêmicos afirmam que há incentivo real por parte dos pais para que os mesmos permaneçam na atividade agrícola até mesmo na propriedade familiar. Outros 45% afirma que apenas algumas vezes, raramente ou nunca foram estimulados pelos pais em permanecer na atividade agrícola (Figura 11).

Figura 11 - Incentivo por parte dos pais em permanecer nas atividades agrícolas



Fonte: Dados da pesquisa, (2024)

Existem filhos que são incentivados pelos pais a permanecerem na propriedade familiar, por esta ser a fonte de renda e sustento da família ou até mesmo, por terem o perfil de sucessor para assumir a gestão da propriedade (ABRAMOVAY, 2019), no entanto, há filhos que recebem incentivos para trabalhar fora da propriedade familiar, buscando o próprio sustento (CALEGARI, 2016). Contudo, é necessário que o sucedido tenha conhecimento e preparo suficiente para trabalhar a sucessão familiar em sua propriedade, assim como o sucessor deve estar preparado para assumir a gestão.

Brizzolla et al. (2020), obtiveram em seu estudo que 72,22% das famílias rurais de um município no estado do Rio Grande do Sul não realizam nenhuma atividade voltada a sucessão e apenas 27,78% preparam os filhos por meio de incentivo escolar e acadêmico. Neste mesmo trabalho, tratando-se de forma específica sobre o incentivo dos pais para os filhos permanecerem no meio rural, foi possível identificar que os filhos que recebem estímulo correspondem a 59,09% %, enquanto 40,91% não são

incentivados. Resultados semelhantes aos deste trabalho, conforme citado anteriormente.

Muitas vezes a questão de gênero está associada aos processos de incentivo dos filhos. Os jovens homens geralmente se identificam mais com a profissão de agricultor, sendo mais incentivados pelos pais a continuar os trabalhos na agricultura. Já as jovens mulheres são mais influenciadas pelas incertezas do trabalho agrícola e desta forma acabam sendo induzidas a pensar que o meio urbano proporcione maiores facilidades e oportunidades de estudo, emprego, crescimento profissional e autonomia.

Na análise por gênero é notório o maior incentivo para os jovens homens. Por parte da mãe, 22,5% das jovens mulheres recebem alto incentivo, contra 43,4% dos jovens homens. Por parte do pai, o incentivo é alto para 32,1% das jovens mulheres e 55,1% dos jovens homens. Contudo, 38,2% dos jovens atestam que se sentiriam mais motivados e confiantes a permanecer no campo se tivessem mais incentivo dos pais.

Breitenbach (2024), ao pesquisar sobre processos de sucessão e gênero, constatou que as mães incentivam menos os filhos a permanecerem no campo. Além disso, tanto a mãe quanto o pai incentivam menos a filha mulher a permanecer na propriedade do que o filho homem. Um estudo semelhante realizado por Hennerich et al. (2021) constatou que 72,4% dos pais (homens) relacionam o gênero masculino à sucessão, enquanto 94% dos pais e mães desejam que as filhas vivam na cidade.

Monteiro e Mujica (2022) tiveram apenas 20% dos entrevistados sendo mulheres. Os relatos das mulheres sucessoras afirmaram que por serem mulheres não tinham o mesmo incentivo a participar do negócio em comparação com os filhos homens.

Este contexto de menor incentivo para as mulheres permanecerem no campo, especialmente o menor incentivo das mães, pode ser relacionado com a cultura predominante no campo, onde os afazeres da mulher rural estão mais visualizados como ajuda, tendo elas baixa autonomia nas atividades da propriedade (FILIPAK, 2021).

Santos et al. (2023), em seus estudos sobre sucessão geracional no Sul do país, ao questionar jovens estudantes se a família fornecia incentivo para continuar na propriedade, 71,6% asseguraram que os pais sempre incentivam em permanecer e aos processos de sucessão na propriedade.

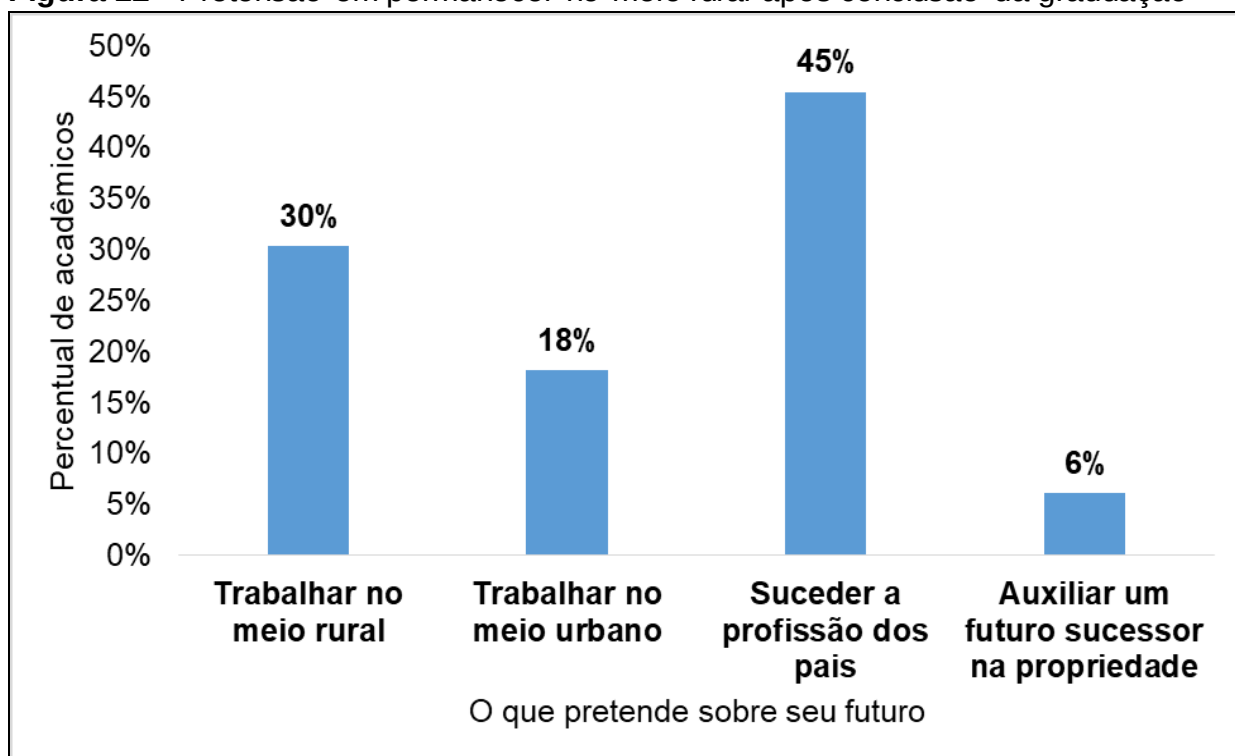
Conforme Zago e Bordignon (2012), os pais estão cada vez mais incentivando os filhos a não parar de estudar, conferindo autonomia aos sucessores na propriedade

da família. A confiança de autonomia nas decisões é uma forma muito positiva de inclusão dos filhos na vida rural da família, confiando a ele responsabilidades no negócio da propriedade é uma forma muito válida de prepará-lo para a sucessão familiar e ainda incentivá-lo a permanecer no meio rural (MATTOS; CASTRO, 2016; MATTE; MACHADO, 2017).

A análise dos resultados dos trabalhos acima citados, bem como deste próprio estudo, identifica que boa parte dos jovens em estudo não estariam nas propriedades caso não recebessem incentivo ou apoio dos pais para permanecer no meio rural. Este fato reforça a importância do apoio familiar perante a temática da sucessão rural. Na atualidade o incentivo por parte dos genitores aos filhos tem se intensificado, pois assim, além das consequências positivas imediatas nos negócios familiares devido à valorização do auxílio e interesse dos possíveis sucessores, garante também o futuro da propriedade e agricultura familiar (MATTE; MACHADO, 2017).

Mesmo que haja intenção dos acadêmicos que fazem parte deste estudo em prosseguir ou retornar para propriedade, não significa necessariamente que este será o sucessor dos pais, no entanto, o fato destes terem conhecimentos técnicos voltados para administração e execução de atividades agrícolas e pecuárias, provavelmente será visto com “outros olhos”.

Quando questionados sobre o seu futuro, a maior parte dos acadêmicos participantes deste estudo, sendo 45% destes, afirmam que pretendem suceder a profissão dos pais, 30% trabalhar no meio rural e portanto, mediante a incentivos e possibilidades futuras quem sabe serem os sucessores da propriedade. Outros 18% afirmam que pretendem trabalhar na cidade e ainda 6% pretendem auxiliar o futuro sucessor da propriedade nas atividades e gestão da mesma, conforme mostra a Figura 12.

Figura 12 - Pretensão em permanecer no meio rural após conclusão da graduação

Fonte: Dados da pesquisa, (2024)

Oliveira, Mendes e Vasconcelos (2021), identificam três grandes alicerces que influenciam a permanência do jovem no meio rural: A história familiar e com o campo, que evidencia os conflitos, sentimentos e relações entre pais e filhos durante os anos de vida na propriedade rural; os estímulos/obstáculos à permanência no campo, como a condição econômica e social da família e as perspectivas/alternativas/possibilidades, em que a decisão de permanecer na propriedade rural, ou não, é afetada diretamente pelo processo sucessório e as diversas relações que são estabelecidas entre o meio rural e o urbano.

A maioria dos que planejam fazer faculdade têm a intenção de fazê-la na área de Ciências Agrárias para retornar para a propriedade dos pais. Eles são mais participativos nas atividades e têm mais interesse nos assuntos gerenciais da propriedade (BREITENBACH; CORAZZA, 2021).

Estudos realizados tanto no Brasil (CASTRO, 2009), quanto no Chile (DIRVEN, 2002), concluíram que esta juventude é permeada pela incógnita entre ficar ou sair do meio rural, sendo esta uma decisão que envolve múltiplas questões.

Foguesatto et al. (2016) estudou a região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, onde obteve resultados de que 62% dos jovens preferem morar no meio rural por razões de segurança, rotina menos exaustiva, custo de vida, mas também apresentou o lado negativo, onde evidenciou-se a falta de políticas públicas, não reconhecimento

dos pais, renda não satisfatória, ausência de escolas e universidades próximas e alguns outros fatores

Matte, Spanevello, Lago e Andreatta (2019), ao discutir a reprodução socioeconômica de propriedades agropecuárias familiares no contexto da região Norte e Sul do RS, apontam como fatores que influenciam e orientam a permanência ou saída das propriedades rurais de jovens, filhos e filhas de agricultores e agricultoras familiares: fatores familiares, fatores estruturais das propriedades, e fatores estruturais do meio rural.

Mesmo mediante a possíveis conflitos, renda insuficiente, baixa possibilidade de sugerir sobre as decisões da propriedade ou busca por um futuro diferente, pelos resultados obtidos, observa-se que parte significativa destes filhos de produtores e acadêmicos de Ciências Agrárias, tem intenções ou já decidiram pela permanência no meio rural. Ao realizarem um estudo em Buieió, município de Viçosa/MG/Brasil), os autores Magno et al. (2011) identificaram que o problema de ficar ou sair do meio rural não se resolve apenas com ações relacionadas ao mundo do trabalho. Neste caso, a insegurança na infraestrutura e nos serviços, os limites em termos de trabalho e de estudo não motivaram os jovens a abandonar o mundo rural.

Nos estudos realizados por Breitenbach e Corazza (2019), foi constatado um interesse maior de 58,8 % dos jovens e das jovens pesquisados em permanecer no campo, ser sucessor e gestor das propriedades rurais. Ainda que exista um nível alto de interesse em permanecer no meio rural, outros 38,1% pretendem morar buscar emprego na cidade, justificando esta escolha devido as dificuldades e incertezas que visualizam em permanecer na propriedade.

Kestring e colaboradores (2020), relatam que quando questionados sobre a vontade de permanecer no campo ou não, 86,7% dos jovens rurais participantes do estudo, afirmaram que querem continuar. Percebendo esta demanda é necessário que se trabalhe com alternativas para que esses jovens tenham condições de continuar e que tenham maior facilidade no trabalho do que seus pais e avós tiveram.

Paula et al. (2017), em seus estudos sobre sucessão geracional com acadêmicos do Curso de Agronomia de uma faculdade federal do Sul do país, constatou os seguintes resultados: 81% das mulheres e 73% dos homens afirmam que pretendem permanecer no campo após formação e asseguram que o conhecimento adquirido na universidade poderá auxiliá-los na propriedade.

Favretto e Nottar (2021), ao investigar as perspectivas dos jovens vinculados a 4 instituições de ensino superior do Oeste de Santa Catarina relativas a permanência

no meio rural, obteve que 16% dos jovens dizem estar aptos e desejam assumir o quanto antes o empreendimento, 68% querem assumir daqui há alguns anos e 19% não estão prontos ainda, mas querem se capacitar para assumir futuramente.

Conforme já citado anteriormente, são diversos fatores que influenciam na decisão dos acadêmicos que participaram deste estudo em permanecer ou não na propriedade ou até mesmo já terem decidido por não permanecer ou não retornar e nesse sentido, Matte, Spanevello e Andreatta (2015), enfatizam que a decisão dos pais pelo sucessor está diretamente relacionada com a própria vontade do filho em ficar e assumir a propriedade.

Spanevello et al. (2017), consideram relevante levantar a questão sobre os caminhos que os agricultores podem tomar em relação às suas propriedades quando não há sucessores para substituí-los futuramente. Assim, nesse caso, o agricultor normalmente tem duas opções: comercializar a terra para terceiros ou encaminhar a terra para os filhos para que eles decidam o que fazer com ela.

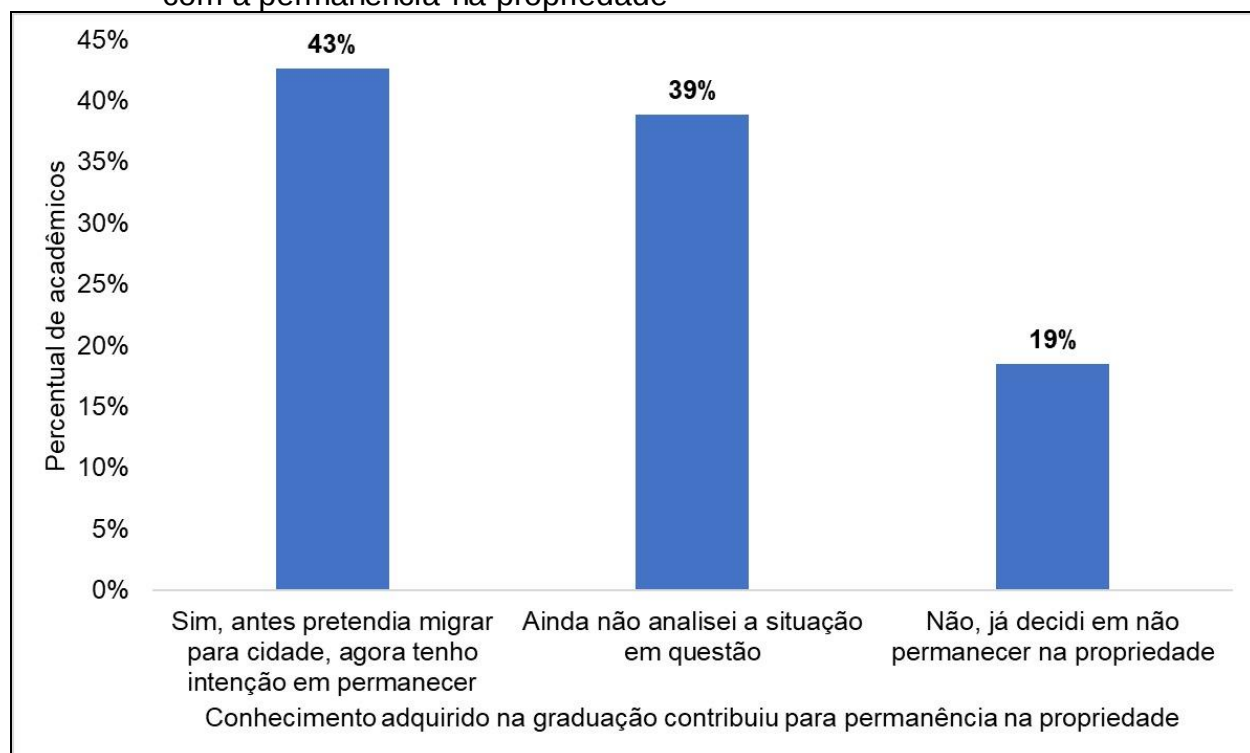
Os resultados a seguir correspondem a questões destinadas apenas aos acadêmicos concluintes dos cursos estudados. Estas questões buscam compreender sobre as contribuições da graduação nos processos de sucessão rural, portanto foram direcionadas para os acadêmicos do 8º e 9º períodos da IES 1 e IES 3 de ambos os cursos. Na IES 2 foi direcionado para 8º e 9º período do curso de Agronomia e 6º período do curso de Medicina Veterinária.

Estes resultados são de suma importância para compreender a relação e influência da graduação e em específico das Ciências Agrárias, sobre as decisões do acadêmico, filho de produtor rural após sua formação.

Quando questionados se o conhecimento adquirido até o momento na graduação, tem contribuído para uma possível mudança de visão com relação a permanência na propriedade após a conclusão do curso, 43% dos acadêmicos responderam que mudaram sua visão e pretendem permanecer na propriedade, 39% ainda não analisou sobre a permanência e 19% não pretendem permanecer (Figura 13)

A percepção por parte dos jovens rurais que estudam Ciências Agrárias com relação aos incentivos das instituições de ensino sobre a importância dos processos de sucessão rural e como estes podem ser importantes para vida do acadêmico tanto no âmbito pessoal quanto profissional, auxilia na formação deste indivíduo e colabora para amenizar possíveis entraves nos processos sucessórios.

Figura 13 - Contribuições dos conhecimentos adquiridos na graduação e as relações com a permanência na propriedade



Fonte: Dados da pesquisa, (2024)

Mesmo que em todas as instituições a maioria já decidiu em permanecer ou até mesmo retornar para a propriedade familiar e assim, ser um possível sucessor, seja por desejo próprio ou por decisão dos pais, ainda assim, um número expressivo de acadêmicos não analisou sobre a possibilidade de atuar na propriedade da família, onde residem e trabalham atualmente e uma minoria, já decidiu em não permanecer.

Vários fatores podem influenciar nesta decisão, dentre estes, o fato dos pais já terem decidido por outro membro da família para sucedê-los, o acadêmico já estar trabalhando na área ou ainda questões de cunho econômico que envolve a renda obtida na propriedade.

A juventude rural caracteriza-se como sujeitos em desenvolvimento, com maior capacidade de agregar mudanças e inovações. O ambiente acadêmico é importante para o desenvolvimento do estudante e a educação superior pode ser promotora de mudanças nos mesmos. Isso não é diferente para os jovens e as jovens rurais, o que instiga pesquisas no viés de compreender a tomada de decisão e as percepções de futuro dos jovens e das jovens filhos e filhas de agricultores que cursam a universidade (JURADO; TABASURA, 2012).

A qualificação profissional a partir do estudo, para os jovens rurais, tem contribuído para tomada decisões. O melhor entendimento deste tema é importante, pois possibilita administrar os desdobramentos das decisões que serão tomadas pelas

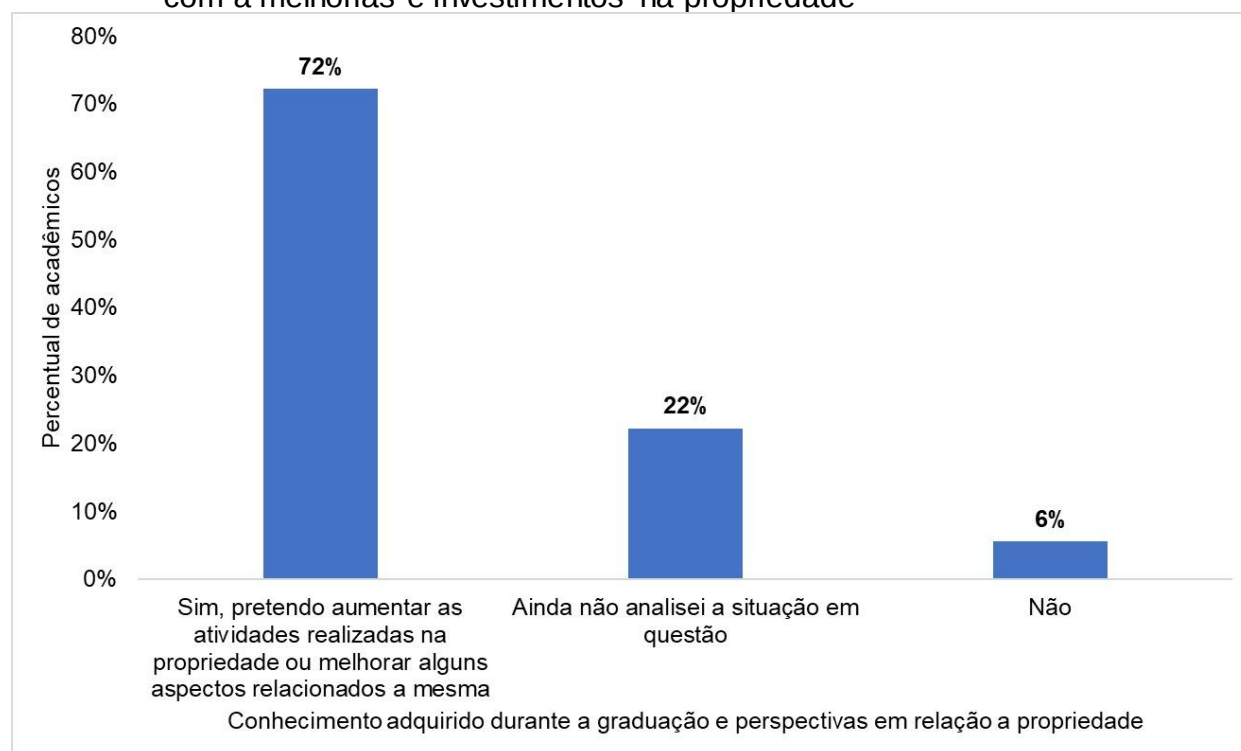
próximas gerações, bem como ampliar os horizontes para criação e organização de políticas públicas que envolvem os jovens rurais, foi o que apontou estudo também realizado no Sul do Brasil por (MATTE; MACHADO, 2016).

Ao passo que cresce na agricultura o acesso a uma qualificação no nível universitário, as decisões por parte dos jovens rurais vão sendo reestruturadas. O conhecimento formal é uma maneira pela qual os comportamentos coletivos, atitudes e percepções entre os membros da comunidade agrícola em relação ao processo sucessório podem ser influenciadas ao longo do tempo para trazer mudanças muito necessárias nas atitudes em relação à sucessão (CONWAY et al., 2021).

No estudo desenvolvido por Breitenbach e Corazza (2020), pode-se inferir que o retorno para a propriedade rural após a faculdade é a intenção de 40,6% dos jovens homens e 15% das jovens mulheres. O incentivo para a educação em Ciências Agrárias é fundamental para ampliar os interesses e as intenções dos jovens em permanecerem no meio rural (MCKILLOP; HEANUE; KINSELLA, 2018).

Os resultados obtidos sobre as contribuições que a graduação trouxe aos acadêmicos, permitindo vislumbrar novas perspectivas econômicas com relação a investimentos e crescimento da propriedade, estão representados na Figura 14.

Figura 14 - Contribuições dos conhecimentos adquiridos na graduação e as relações com a melhorias e investimentos na propriedade



Fonte: Dados da pesquisa, (2024)

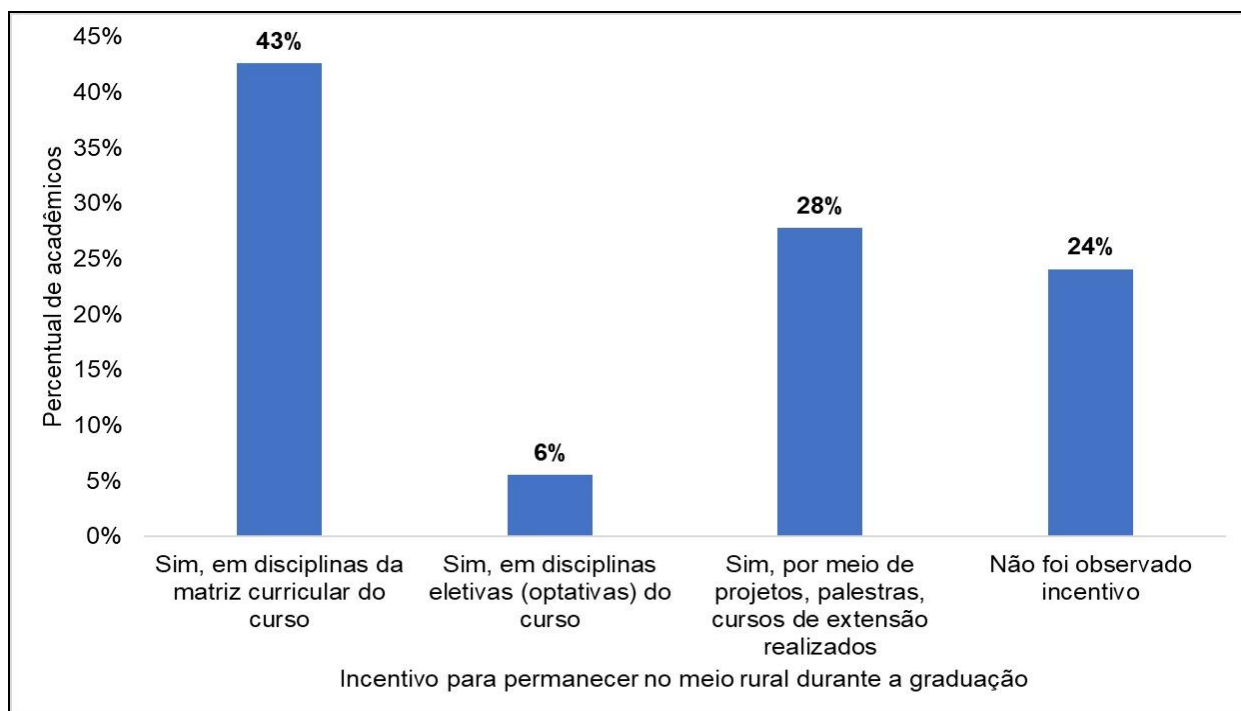
Os acadêmicos concluintes dos cursos que participaram deste trabalho demonstram que o conhecimento adquirido durante os anos de estudo contribuirá para que estes possam auxiliar na gestão das propriedades familiares, sendo que 72% destes pretendem ampliar ou melhorar as atividades já realizadas na propriedade. Outros 22% não analisaram tal situação e 6% responderam que o conhecimento obtido não os auxiliará em conduzir novas ações de gestão das atividades na propriedade.

O número expressamente significativo de acadêmicos dizem estar aptos a promover modificações, se assim lhe for permitido, nas propriedades, e desta forma certamente irão contribuir para o desenvolvimento econômico da mesma e conseqüentemente aumento de renda, um dos fatores que mais interfere no processo de permanência dos jovens deste estudo. Este fato contribuirá para os processos de sucessão, uma vez que as modificações implantadas poderão incentivar a permanência no ambiente rural.

A representação do jovem rural sobre o ensino superior está relacionada a aplicar novos conhecimentos adquiridos em sua formação para que assim possam gerir a propriedade da família. A formação no ensino superior representa compromisso tanto com a família, quanto com o desenvolvimento da propriedade (DOULA et al., 2019).

Os resultados obtidos quando questionados se no decorrer da graduação houve alguma forma de incentivo para que os acadêmicos permaneçam ou trabalhem no meio rural, sucedendo as atividades dos pais na propriedade familiar, estão representados na Figura 15.

Figura 15 - Incentivo das instituições de ensino com relação a permanência dos acadêmicos no meio rural



Fonte: Dados da pesquisa, (2024)

Relacionando o estudo dos PPC dos cursos às respostas obtidas, pode-se inferir que de fato as disciplinas da matriz curricular dos cursos são de grande valia no incentivo da permanência do jovem rural na propriedade, sendo que 43% dos acadêmicos relatam terem sido incentivados durante as disciplinas básicas ou aplicadas dos cursos que estão inseridos e 6% relatam que este incentivo pode ter ocorrido via disciplinas eletivas. Ao tratar das disciplinas, não se espera que esta análise fique restrita apenas ao nome ou ementa que consta nos documentos, mas sim, no ensino de conteúdos, métodos praticados pelos docentes e até mesmo os recursos utilizados para trabalhar assuntos que voltam-se para temática de sucessão rural e especificamente a sucessão geracional.

Outro aspecto observado nos PPCs dos cursos foi a abordagem da temática de sucessão rural em eventos (palestras, congressos, cursos) e projetos de extensão ou pesquisa. Observa-se que 28% dos acadêmicos afirmam que o incentivo ou ensino relacionado ao tema foi por meio destes eventos ou projetos.

Dentro deste cenário de ensino aprendizagem destaca-se a importância de relacionar o protagonismo dos professores nesse processo de permanência e sucessão na agricultura, os quais podem motivar ou conduzir os alunos a caminhos profissionais que os distancie ou os aproxime da propriedade rural BREITENBACH; CORAZZA, 2020), ou seja, na medida em que esta temática é discutida em nível acadêmico e que esse conhecimento se torna acessível aos jovens rurais, os aspectos

culturais em torno da sucessão vão dando margem para ações técnicas e gerenciais, obtendo-se benefícios em todos os lados.

Peluzio (2021), ao analisar e compreender as representações sociais de jovens rurais sobre a inserção no ensino superior e suas pretensões após formação tendo-se como locus de pesquisa a Universidade Federal de Viçosa-MG, ao questionar os jovens sobre a pretensão de voltar a residir no meio rural após se formarem, obteve como respostas que 53,4% pretendem retornar, 36% não pretendem e 10,6% são indiferentes. A autora relata ainda que a motivação em permanecer está relacionada ao que o ambiente proporciona para estes jovens e está ligada a possibilidade de aplicar os conhecimentos adquiridos com a graduação no meio rural, seja por afinidade, seja por necessidade da família, seja para desenvolver o meio rural, tal como melhorar a renda familiar através dos conhecimentos adquiridos com a formação.

Fica evidente pelos resultados obtidos a vontade do jovem filho de produtor rural de permanecer ou retornar para o meio rural. Logo, a educação contribui para a conscientização do jovem sobre a importância da educação para a agricultura familiar (LAMB, 2017). Sendo assim, nota-se a busca por conhecimentos através da graduação para que estes sejam aplicados na propriedade da família.

Troian e Breitenbach (2018), em pesquisa sobre jovens rurais no Brasil, concluem que existe, dentre outras necessidades, a formulação de planos de sucessão familiar que permitam autonomia social e econômica aos jovens rurais, bem como a importância de incluir o jovem rural em planos e metas de políticas públicas além de projetos de instituições diversas. Dentre estas, pode-se destacar o papel das instituições de ensino superior nesse processo de sucessão rural e permanência no campo.

Heisler, Renk e Bonamigo (2018) realizaram estudo com famílias rurais da microrregião de Pinhalzinho - SC, e constataram que a expansão do Ensino Superior aumentou as oportunidades, uma vez que o acesso do jovem à educação acontece em todas as localidades do meio rural. Afirmam ainda que não são raros os casos em que os filhos e filhas produtores rurais familiares puderam ter acesso ao Ensino Superior e, após a conclusão, fixaram residência no meio rural, participando dos processos de sucessão.

Devido ao direcionamento específico, um número expressivo de concluintes das três instituições relataram que a graduação contribuiu para a decisão em permanecer na propriedade, conforme supracitado acima. Estes mesmos acadêmicos são os que afirmam que de alguma forma as instituições acadêmicas contribuíram para

tomada de decisão e portanto, a composição documental e a prática das intenções previstas nestes documentos, no caso os PPCs, são de suma importância para auxiliar na conduta dos processos de ensino, nos estímulos provocados aos acadêmicos e por fim decisão quanto a permanência na propriedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo aponta que os principais motivos que influenciam os estudantes de Ciências Agrárias em permanecer ou não no meio rural e participar dos processos de sucessões, estão ligados aos fatores econômicos, ao ambiente familiar, à rotina exercida por eles na propriedade e o direcionamento acadêmico estudantil.

Os estudantes são predominantemente jovens do gênero masculino e em menor quantidade jovens do gênero feminino, que moram e trabalham na propriedade rural, conciliando as atividades desenvolvidas aos estudos.

Mediante aos incentivos recebidos dos familiares, estes estudantes pretendem após formação, morar no meio rural na propriedade dos pais, com intenção em suceder a profissão destes e administrar a propriedade, contribuindo para melhorar a renda obtida atualmente através da aplicação dos conhecimentos adquiridos na graduação.

As situações internas relacionadas a renda e incentivo dos pais para estimular os jovens a permanecer no meio rural, dando-lhes mais autonomia, remuneração pelo trabalho e deixando-os participar da gestão das propriedades, possibilitando um olhar inovador sobre as atividades produtivas e o consequente desenvolvimento das propriedades, são fatores considerados expressivamente pelos estudantes.

Fica evidente que as instituições de ensino nos quais esses estudantes cursam o ensino superior, contribuem de forma expressiva para que estes permaneçam no meio rural, exercendo sua profissão e aplicando os conhecimentos adquiridos. Parte desta contribuição e intervenções na formação, sejam ingressantes ou concluintes, se deu por meio das disciplinas da matriz curricular e também através de projetos e eventos científicos durante a graduação. A composição documental e a prática das intenções previstas nestes documentos, no caso os PPCs, são importantes para auxiliar no planejamento, praticar os métodos e atingir os objetivos do ensino voltado a incentivar a sucessão nos jovens rurais.

Sendo assim, é possível inferir que o ensino superior, em suas diferentes etapas de entrar, cursar e se formar, produz representações muito importantes para os jovens. Os significados que carregam marcam a vida de cada estudante. A instituição de ensino superior para este segmento é representada como ascensão, meio de obter condições melhores para si, para a família e para o meio rural.

Mesmo que os resultados mostrem que uma parte destes estudantes não pretendem retornar ou permanecer no meio rural, ainda existe um caminho a percorrer, especificamente por parte dos ingressantes e mediante a novas condutas, incentivos e

atenção voltada para estes, pode-se vislumbrar nova tomada de decisão e estes jovens decidirem por trabalhar e pertencer a propriedade familiar após a formação.

Todo exposto é importante para elucidar a importância da sucessão geracional, que tende a ser um dos mecanismos de maior importância para continuidade das propriedades familiares rurais atualmente e no futuro.

Embora tenhamos uma resistência da geração mais antiga em abrir espaço para seus filhos participar da gestão e aos poucos assumir o controle dos negócios e gestão da propriedade e existam ainda alguns entraves que influenciam negativamente a escolha dos jovens estudantes pela permanência no meio rural, diversas ações estão sendo praticadas para auxiliar esta geração que busca pelo ensino superior com objetivos de melhora de vida ou de novos caminhos para o futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília, DF: UNESCO, 1998.

ABRAMOVAY, R. et al. **Agricultura familiar e sucessão profissional: novos desafios**. [recurso eletrônico]. Recuperado de: http://gp.usp.br/files/denru_sucessao.pdf. Acesso em: 27 mai. 2024.

ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. **Ensaio FEE**, v. 26, n. 1, p. 661-694, 2005.

ARENHARDT, D., DE SOUZA, M. Y STEFANEL FRANCHI, T. O jovem rural e seu olhar sobre o futuro: a busca por melhor condição de vida nos centros urbanos. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, Junio 2014. Disponível em: www.eumed.net/rev/cccss/28/juventude-rural.html. Acesso em: 23 mai. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AFRÁRIA – ABRA: Boletim técnico. Disponível em: <https://abranacional.wordpress.com/boletins/>. Acesso em: 18 fev. 2024.

ASSIS, R. L. Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Revista de Economia Aplicada**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 75-89, 2006.

ALTMANN, R. et al. **Perspectivas para a agricultura familiar: horizonte**. 2010. Florianópolis: Instituto Cepa, 2003.

BAKER, J. R. **What's worth if you stay on the farm**. In: INTERNATIONAL FARM MANAGEMENT CONGRESS, 18, 2011, Methven, Canterbury. Anais... Methven: Methven Canterbury, 2011.

BASCO, R. The family's effect on family firm performance: a model testing the demographic and essence approaches. **Journal of Family Business Strategy**, v. 4, n. 1, p. 42-66. 2013.

BEDNARIKOVÁ, Z.; MIROSLAVA, B.; PONKINAC, E. V. Migration motivation of agriculturally educated rural youth: the case of Russian Siberia. **Journal of Rural Studies**, v.45, p. 99-111, 2016.

BEZERRA, T. S. **Vidas em trânsito: juventude rural e mobilidade(s) pelo acesso ao ensino superior**. Dissertação [Mestrado em Sociologia], Fortaleza: UFC, 2013.

BIEGER, T. E. **Sucessão na Agricultura Familiar: Um Estudo do Município de Coronel Barros – RS**. Monografia (Bacharel em Administração) – Curso de Graduação em Administração, do Departamento de Ciências Administrativas, Contábeis, Econômicas e da Comunicação, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), Ijuí – RS, 2013

BIEGER, T. E. **Sucessão na Agricultura Familiar: um estudo no município de Coronel Barros - RS**. 2013. Disponível em:

<<https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/handle/123456789/1948>>. Acesso em: 25 set. 2023.

BOENTE, A.; BRAGA, G. **Metodologia científica contemporânea**. Rio de Janeiro: Brasport. 2004.

BREITENBACH, R.; CORAZZA, G.; DEBASTIANI, L. Sucessão familiar na agricultura: cenário internacional. **Inter disciplina**, Ciudad de México, v. 9, n. 25, p. 115-138, dic. 2021.

BREITENBACH, R.; CORAZZA, G. Formação profissional e a relação com a sucessão geracional entre jovens rurais, Brasil. **Revista Latino-americana de Ciências Sociales, Niñez y Juventud**, Manizales/Colombia, v. 17, n. 2, p. 262-296, 2019.

BREITENBACH, R.; TROIAN, A. Permanência e sucessão no meio rural: o caso dos jovens de Santana do Livramento/RS. **Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo**, v. 56, n. 1, p. 26-37, 2021. Disponível em: 47
<https://www.redalyc.org/journal/938/93868385003/93868385003.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2024.

BREITENBACH, R. Jovens mulheres rurais estudantes das ciências agrárias: não querem ou não têm oportunidade de serem sucessoras? **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 62, n. 1. 2024.

BREITENBACH, R.; FOGUESATTO, C. R. Should I stay or should I go? Gender differences and factors influencing family farm business succession in Rio Grande do Sul, Brazil. **Land Use Policy**, v. 128, p. 106597, 2023.

BRIZZOLLA, M. M. B. et al. Sucessão familiar em propriedades rurais. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 9, n. 10, e9169109408-e9169109408, 2020. Disponível em:
<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/9408/8359>. Acesso em: 27 mai. 2024.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In M. J. Carneiro & E. G. Castro (Eds.), **Juventude rural em perspectiva**, Rio de Janeiro: Mauad X. p. 35-52. 2007.

BUAINAIN, A. M.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. Sete teses sobre o mundo rural. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, ano 22, n. 2, p. 105-121, abr./jun. 2013.

CALLADO, A. A. C et al. Caracterizando aspectos do sistema de informação contábil na gestão de custos: um estudo empírico no âmbito do agronegócio. **ABCustos**, v. 2, n. 2. 2015.

CALUS, M. **Factors explaining farm succession and transfer in Flanders**. Ghent: Ghent Universit, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1854/LU-539073>. Acesso em 27 mai. 2024.

CARBONI, J. **Fatores determinantes para a sucessão rural familiar e permanência dos jovens no Município de Relvado/RS**. 2005. 56f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Faculdade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre – RS, 2022.

CARNEIRO, M. J. T. **O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais**. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SANTOS, Raimundo; COSTA, Luis Flávio (org.). *Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

CARNEIRO, M. J, CASTRO, G. E. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de (Org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, p. 53-66, 2007.

CARVALHO, A. L. de; RODRIGUES, F. X. F.; GRZEBIELUCKAS, C. Sucessão: Dilemas encontrados pela juventude para permanência no campo. **Revista de Ciência Política, Direito e Políticas Públicas**, Tangará da Serra, v.1 n. 1, p. 113-128, 2021. Disponível em: <https://periodicos2.unemat.br/index.php/politikcon/article/view/5354>. Acesso em: 23 mai. 2024.

CASTRO, D. F. A. de; FRACOLLI, L. A. Qualidade de vida e promoção da saúde: em foco as gestantes. *O Mundo da Saúde*, São Paulo, v. 37, n. 2, p.159- 165, 2013.

CASTRO, E. G. et al. **Os jovens estão indo embora? juventude rural e a construção de um ator político**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

CASTRO, E. G. de. **Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013.

CASTRO, E. G. de. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 7, n. 1, p. 179-208. 2009.

CAVICCHIOLI, D. et al. Farm succession at a crossroads: The interaction among farm characteristics, labour market conditions, and gender and birth order effects. **Journal of Rural Studies**, v.1, p. 73-83, 2018.

CAVICCHIOLI, D. et al. What factors encourage intrafamily farm succession in mountain areas? **Mountain Research and Development**, v. 35, n. 2, p.152-160. 2015.

CHEMIN, B. F.; AHLERT, L. A sucessão patrimonial na agricultura familiar. **Revista Estudo & Debate**, Lajeado, v. 17, p. 49-74, 2010.

CONWAY, S. F. et al. Farmers Don't Retire: Reassessing How We Engage and Understand the 'Older' Farmer's Perspective. **Sustainability (Switzerland)**, 1 mar. 2022.

CONWAY, S. F. et al. On the contrary: uncovering the habitus of older farmers to help facilitate renewal in agriculture. **Ruralis sociology**, jul. 2021.

COSTA, A. M. S. **Fatores econômicos e culturais da sucessão na agricultura familiar: um estudo sobre o oeste catarinense**. 2010. 180 f. Dissertação 60 (Mestrado) - Curso de Pós- Graduação em Extensão Rural, UFV, Viçosa Mg, 2010.

CONFEA - **Conselho Federal de Engenharia e Agronomia**. Disponível em <http://www.confea.org.br/>. Acesso em: 05 mai. 2021.

CONAB - **Companhia Nacional de Abastecimento. Agricultura Familiar**. 2014. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125>>. Acesso em: 21 set. 2023.

COSTA, M. N., DOULA, S. M. Representações de Juventude na Escola Família Agrícola Paulo Freire – ACAIACA-MG. **Revista Uniara**, v.17, n.1, julho, 2014.

COSTA, D. M. Projeto Político-Pedagógico: uma possibilidade de gestão democrática. **Revista Exitus**, v.07, n.01, p. 200 – 221, 2017.

COSTA, F. L. M.; RALISCH, R. A juventude rural do assentamento Florestan Fernandes no município de Florestópolis (PR). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n.3, p. 415-432. 2017.

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. “Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável”. In: Vela, Hugo. (Org.): **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul**. Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, p.157-194. 2003.

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. “Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável”. In: Vela, Hugo. (Org.): **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul**. Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, p.157-194, 2003.

DEPONTI, C. M. **Indicadores para avaliação da sustentabilidade em contextos de desenvolvimento rural local**. 2001. 165 p. Monografia (Especialista em desenvolvimento Rural e Agroecologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

DIAMOR, S. S.; SUDRÉ, C. A. G. W. Sucessão Familiar em Propriedades Rurais Familiares no Município de Londrina-PR. **Gestão e Sociedade**, v. 15, n. 42, p. 4236-4256, 2021. Disponível em: <<https://ges.face.ufmg.br/index.php/gestaoesociedade/article/view/3412>> Acesso em: 27 mai. 2024.

DINIZ, F. H. et al. **Sucessão na Agricultura Familiar – Desafios e perspectivas para propriedades leiteiras**. In: Alternativas para a produção sustentável da Amazônia. Brasília, DF: Embrapa, 2013.

DIRVEN, M. **Las prácticas de herencia de tierras agrícolas: ¿una razón más para el éxodo de la juventud?** Santiago de Chile: Cepal, 2002.

DOULA, S. M. et al. “Estuda, porque na vida de agricultor não aparecem oportunidades” Educação e mobilidade socioespacial de jovens rurais em Minas Gerais, **Revista do Programa de Pós - Graduação em Extensão Rural**, v.8, n.1, 2019.

EHLERS, E. **O que é agricultura sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 2008. 92p.

ESTANISLAU, P. et al. Spatial distribution of agricultural farms led by women in Brazil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, n. 3, 2021.

FACHIN, P. I. **Sachs: biocivilização: o potencial brasileiro**. **Revista do Instituto Humanitas**. Entrevista com Ignacy Sachs. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 19mai. 2008.

FERRARI, D. L. et al. Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir? **Estudos Sociedade e Agricultura**, outubro 2004, v. 12 n. 2, p. 237-271, 2004.

FERREIRA, T. B. **Desafios da sucessão rural: um estudo sobre a relação entre o cooperativismo e a sucessão familiar no campo na região de Naviraí – MS**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Sul, 2020.

FILIPAK, A. **Políticas públicas para mulheres rurais no Brasil (2003-2015): análise a partir da percepção de mulheres rurais e de movimentos sociais mistos** (457 p.). São Paulo: EDIFSP. 2021.

FOGUESATTO, C. R.; ARTUZO, F. D.; LAGO, A.; MACHADO, J. A. D. Fatores Relevantes para a Tomada de Decisão dos Jovens no Processo de Sucessão Geracional na Agricultura Familiar. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v.37, n.130, p.15-28, jan./jun. 2016.

FROELICH, J. M. et al. Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS. **Ciência Rural, Santa Maria**, v. 41, n. 9, p. 1674-1680, set, 2011.

GALINDO, E. Olhares sobre as juventudes do campo. In R. Montechiare; G. Medina (Eds.), **Juventude e educação: identidades e direitos** (pp. 83-90), São Paulo: FLACSO, 2019.

GALINDO, E. Juventude rural e políticas públicas. In: M. A. de MENEZES, V. L. STROPASOLAS; S. B. BARCELLOS (Orgs.). **Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República. 2014.

GASPARELO, E. P.; STÉFANI, S. R.; SCHMIDT, L. P. A visão dos stakeholders para cidade sustentável no centro-sul paranaense. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v. 11, n. 2, p. 493-513, 2022.

GUZMÁN, E. S. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 35-45 jan/mar. 2001.

HEISLER, L.; RENK, A. A.; BONAMIGO, I. S. Estratégias de Reprodução Social no Rural da Microrregião de Pinhalzinho (SC). **Extensão Rural**, v. 25, n. 2, p. 31-51. 2018.

HENNERICH, J. E. et al. Succession in family farming: gender and future perspectives. Research. **Social Development**, v. 10, n. 3. 2021.

JURADO, C.; TOBASURA, I. Dilema de la juventud en territorios rurales de Colombia: ¿campo o ciudad? **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 10, n. 1, p. 63-77. 2012.

KESTRING, K. et al. O Programa Juventude Cooperativista e sua relação voltada a sucessão rural na agricultura familiar. **Revista Thêma et Scientia**, v. 10, n. 1, jan/jun 2020.

LAMB, T. L. **Migrações de jovens rurais e formação superior: o caso da Universidade Federal da Fronteira Sul Campus Realeza** – PR. 2017. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2017.

LIMA, D. M. A.; WILKINSON, J. (Org.). **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq / Paralelo 15, 2002. p. 85-94.

MAIA, A. H. **Vivências e projetos das jovens rurais: um olhar sob sua condição de mulher na agricultura familiar e a relação com sua estratégia de vida**. UNESP, 2011. Disponível em: < <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/99883>>. Acesso em: 25 set. 2023.

MACHADO, V. M. A. Juventude camponesa em cena e sua relação com a instituição escolar. **Revista Labirinto**, v. 18, p. 52-67, 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.unir.br/index.php/LABIRINTO/article/viewFile/890/1059>. Acesso em: 25 set. 2024.

MAGNO, L. et al. Todo mundo conhece a gente agora»: cultura e identidade de jovens rurais em Minas Gerais (Brasil). **Rev.latinoam.cienc.soc.niñez juv.** v. 17, n. 2. 2019.

MANZANO GARCÍA, G.; AYALA-CALVO, J-C; SCHUMACHER, A. J. Sucessão exitosa: O contexto do entorno e o plano de sucessão. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, [S. l.], v. 61, n. 6, p. 1–17, 2021. Disponível em: Acesso em: 27 mai. 2024.

MCKILLOP, J.; HEANUE, K.; KISELLA, J. Are all young farmers the same? An exploratory analysis of on-farm innovation on dairy and drystock farms in the Republic of Ireland. **The Journal of Agricultural Education and Extension**, v. 24, n. 2, p. 137-151, 2018.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARIN, J. O. B.; FROEHLICH, J. M. **Juventudes rurais e desenvolvimento territorial**. UFSM Editora, 2019.

MATTE, A.; SPANEVELLO, R. M.; ANDREATTA, T. Perspectivas de sucessão em propriedades de pecuária familiar no município de Dom Pedrito - RS. **Holos**, n.1, p. 144-159. 2015.

MATTE, A.; MACHADO, J. A. D. Tomada de decisão e a sucessão na agricultura familiar no sul do Brasil. **Revista de Estudos Sociais**, Mato Grosso, v. 18, n. 37, p. 130-151, 2016. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/3981/pdf>. Acesso em: 23 mai. 2024.

MATTE, A. et al. Agricultura e Pecuária Familiar: (des)continuidade na reprodução social e na gestão dos negócios. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 15, n.1, p.19-33. 2019.

MELLO, M. A. et al. Sucessão hereditária e reprodução social na agricultura familiar. Agricultura em São Paulo. **Agricultura em São Paulo**, v. 50, n. 1, 11-24, 2013.

MATTOS, A. R.; CASTRO, L. R. Jovens e a Liberdade: reflexões sobre a autonomia, responsabilidade e independência. **Psicologia & Sociedade**. v. 28, n. 1, p. 65-73. 2016.

MENDONÇA, K. F. C.; RIBEIRO, Á. E. M.; GALIZONI, F. M. **Sucessão na agricultura familiar: estudo de caso sobre o destino dos jovens do alto Jequitinhonha**, MG. 2008. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais Caxambu- MG. Disponível em: Acesso em: 23 set. 2023.

MENDONÇA, K. F. C. et al. Formação, sucessão e migração: trajetórias de duas gerações de agricultores do Alto 54 Jequitinhonha, Minas Gerais. **Revista Brasileira Est. Popul.** v. 30, n. 2, jul./dez. 2013.

MENDRAS, H. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro. Ed: Zahar editores, 1978.

MENON, R. A.; STÉFANI S. R. Desenvolvimento sustentável e a permanência da juventude no meio rural em um município da região centro-sul do Paraná. **Acta Scientiarum**. Human and Social Sciences, v. 44, p. 1-15, 2023.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes. Nações Unidas Brasil. (2022). Objetivos do desenvolvimento sustentável – ODS, 2010.

MISHRA, A.; EL-OSTA, H.; SHAIK, S. Succession Decisions in US Family Farming Businesses. **Journal of Agricultural and Resource Economics**, v.6, p. 285–307, abr. 2010.

MONTEIRO, R.; MUJICA, F. P. A identidade sociocultural do jovem agricultor na vitivinicultura familiar e sua relação com a sucessão rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural** [online]. 2022, v. 60, n. spe. Disponível em: Acesso em: 24 mai. 2024.

NASCIMENTO, E. P. do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos avançados**, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012.

NASCIMENTO. M. M.. LEÃO M. F. Ciências Agrárias na Educação do Campo: Um estudo investigativo na Escola Municipal Procópio Faria de Vila Rica/MT. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 8, p. 28-42, 2021.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados**, v.16, n.44, p. 83-100. 2001.

NIEDERLE, P. A.; FIALHO, M. A. V.; CONTERATO, M. A. A. pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil-aprendizagens, esquecimentos e novidades. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.52, p. 9-24. 2014.

NOTTAR, L. A.; FAVRETTO, J. A determinação dos jovens rurais e a sucessão na agricultura familiar. **Desenvolvimento em Questão**. Editora Unijuí, v. 19, n. 55 abr./jun. 2021

OLABAMIJI, A.; AJALA, O. Residents' perception of coping and alleviating strategies of poverty in rural areas of Ayedaade local government, Osun State, Nigeria. **Acta Scientiarum**. Human and Social Sciences, v.44, n.1, p. 18-29, 2002.

OLIVEIRA, M. F.; MENDES, L.; VASCONCELOS, A. C. V. H. Desafios à permanência do jovem no meio rural: um estudo de casos em Piracicaba - SP e Uberlândia - MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, n. 2, p. 01-19, 2021.

OLIVEIRA, L. B.; RABELLO, D.; FELICIANO, C. A. Permanecer ou sair do campo? Um dilema da juventude camponesa. **Revista Pegada**. v. 15, n. 1, 2014.

OLIVEIRA, E. G. de. O lazer e a melhoria da qualidade de vida dos jovens rurais de São João Evangelista–MG. 2006. 110 f. **Dissertação** (Mestrado em Meio Ambiente e Sustentabilidade) – Centro Universitário de Caranga, Caranga, MG, 2006.

OLIVEIRA, C. L.; STUCHI, F.; SANTOS, F.A. Análise de correlações entre indicadores econômicos: PIB, cesta básica e IDH. **REPAE-Revista de Ensino e Pesquisa em Administração e Engenharia**, v. 7, n. 1, p. 93-109, 2021.

PANNO, F.; MACHADO, J. A. D. Influências na decisão do jovem trabalhador rural: partir ou ficar no campo. **Desenvolvimento em Questão**, v.12, n. 27, p. 264-297, 2014.

PANNO, F. Sucessão geracional na agricultura familiar: valores, motivações e influências que orientam as decisões dos atores. **Revista de Ciências Humanas**, v. 45, n. 2, 2016.

PAULA, S.; MOREIRA, A. B.; MOTA, D. A. Sucessão familiar em propriedades rurais: Um estudo da situação sucessória entre os acadêmicos do Curso de Agronomia UFFS Erechim e seus pais. **Scientific Electronic Archives**, v.10, n. 6, p. 1-10, 2017.

PAULO, M. A. L. de. **As construções das identidades de jovens rurais na relação com o meio urbano em um pequeno município**. 2010. 1 v. Tese (doutorado em Sociologia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

PELUZIO, É. A. **O jovem rural e suas representações sociais sobre o ingresso no ensino superior: um estudo com universitários da UFV-MG**. 2021. 130 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2021.

PEREIRA, L. K. A.; FERNANDES, F. P. Introdução do debate sobre gênero e diversidade no IFCE Campus Crato: os primeiros passos. **Revista Diversidade e Educação**, v. 6, n.1, p. 99-119, 2018.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS – PNAD: Disponível em: <http://teen.ibge.gov.br/sobre-o-brasil/populacao/populacao-rural-e-urbana.html>. Acesso em: 28 fev. 2024.

RAMBORGER, B. et al. Sucessão geracional rural em propriedades de sistemas integrados de suínos e aves no Vale do Taquari/RS. **Informe GEPEC**, Toledo, v. 26, n.2, p.210-226, jul./dez. 2022.

RADAELLI, I. M.; MOURAD, L. A. F. A. P.; DEGGERONE, Z. A. **Debates sobre o rural**. Volume I. Ituiutaba: Barlavento, 2019, 288 p.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. **Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2006, p.76-97.

REBEMBOIM, J.; MOREIRA, F. G. L. O fenômeno da chegada urbana em contraponto ao do êxodo rural. In: Encontro Nacional de estudos Populacionais, 16, 2008, Caxambu. **Resumos...** p. 1-14. 2008.

REDIN, E. O futuro incerto do jovem rural. **Informativo Técnico do Semiárido** v. 8, n. 1, p. 37 - 43, 2014.

RIBEIRO, P. R. C.; MAGALHÃES, J. C.; RIZZA, J. L. Gêneros e sexualidades: estratégias para promoção de debates na formação de professores/as. **Multiárea Revista de Didática**, v. 8, p. 87-115, 2016.

SANTOS, A. C. T. **Juventude e permanência no campo: um estudo de caso sobre a juventude do assentamento rural flor do Mucuri/SE**. Attena, 2009. Disponível em: < <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9344>>. Acesso em: 20 mar. 2024.

SANTOS, T. et al. A sucessão familiar pela percepção de jovens alunos da Casa Familiar Rural Regional de Alpestre/RS – Brasil. **Revista Macambira**, Serrinha (BA), v. 7, n. 1, e071017, Jan.-Dez., 2023.

SAVIAN, M. Sucessão geracional: garantindo-se renda continuaremos a ter agricultura familiar? **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v.14, n.159, p.97-106, 2014.

SHERIDAN, A. et al. Intergenerational farm succession: how does gender fit? *Land Use Policy*, 109, 2021.

SILVA, J. M.; HESPANHOL, R.A. de M. AS estratégias de reprodução social dos agricultores familiares das comunidades rurais do município de Catalão (GO). **Geo UERJ**, n. 29, p. 402-430, 2016.

SILVEIRA, D. T; CÓRDOVA, F. P. **A pesquisa científica**. Métodos de pesquisa, v.1, 2009.

SILVA, J. M.; THEÓPHILO, A. S. F.; SILVA, M. P. S. **Dinâmicas no espaço rural: a sucessão geracional dos negócios de agricultores familiares**. Encontro Internacional Sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente. São Paulo, 2018.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. **Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura**. In: FALEIRO, F.G. e FARIAS NETO, A.L. (ed.) SAVANAS: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. Planaltina - DF, Embrapa Cerrados: p. 989-1014, 2008.

SCHNEIDER, S. A. presença e as potencialidades da agricultura familiar na América Latina e no Caribe. **Redes** (St. Cruz Sul, Online), v. 21, n. 3, p. 11-33, set./dez. 2016.

SCHUSTER, C. **O êxodo rural em Arvorezinha e suas possíveis causas: um estudo de caso no Alto Vale do Taquari-RS**. 2017. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Desenvolvimento Rural – PLAGEDER) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade 50 Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/179978>. Acesso em: 22 mai. 2024.

SILI, M.; FACHELLI, S.; MEILLER, A. Juventud Rural: factores que influyen en el desarrollo de la actividad agropecuária. Reflexiones sobre el caso argentino. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 54, n. 4, p. 635-652, 2016.

SPANEVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. 236 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SPANEVELLO, R. M. As estratégias para manter a sucessão em estabelecimentos familiares. In A. RENK; C. DORIGON (Eds.), **Juventude rural, cultura e mudança social** (pp. 163-188). Chapecó: Argos, 2014.

SPANEVELLO, R. M. et al. A problemática do envelhecimento no meio rural sob a ótica dos agricultores familiares sem sucessores. **Desenvolvimento em Questão**. v. 15, n. 40, jul. / set. 2017.

SPANEVELLO, R. M.; LAGO, A. **As cooperativas agropecuárias e a sucessão profissional na agricultura familiar**. 2007. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/6/1001.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2023.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: UFSC, 2006.

STRAPASOLAS, V. L. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. **Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia**, v. 8, p. 26-29. 2011.

TOLEDO, F.; TONI, E. Existe um processo de esvaziamento populacional nas regiões rurais brasileiras? **Revista do Desenvolvimento Regional**, Taquara, RS: Faccat, v. 13, n. 1, jan./jun. 2016.

TROIAN, A.; BREITENBACH, R. Jovens e juventudes em estudos rurais do Brasil. **Revista Interações**, Campo Grande, v. 19, n. 4, p. 789-802, out./dez. 2018.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI** / Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

VEIGA, J. E. da. **Para entender o desenvolvimento**. São Paulo: Editora 34, 1º ed. 232p., 2015.

VOPARGEL, Lara B. Agricultura e gênero: a categoria feminina na sucessão rural. 2017. Disponível em: <<https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/1878>>. Acesso em: 25 set. 2024.

ZAGO, N.; BORDIGNON, C. Juventude rural no contexto da agricultura familiar: migração e investimento nos estudos. In: IX Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul – ANPED SUL, 9, 2012. **Anais...** ANPED SUL, 2012.

ZAGO, N. Migração rural-urbana, juventude e ensino superior. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 64, p.61-78, 2016.

ZONIN, V. J. **A juventude rural no oeste de Santa Catarina: dinâmicas sucessórias desafiadoras**. In: KROTH, Darlan Christiano; ZONIN, Valdecir José (orgs.). Juventude rural e sucessão na agricultura familiar. Curitiba: Appris, 2021. p. 309-332.

WEISHEIMER, N. **Os jovens agricultores e o processo de trabalho da agricultura familiar**. GT 08: Juventude e terceira idade no meio rural. VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural, 2002.

WEISHEIMER, N. **Juventudes rurais: mapa de estudos recentes**. Brasília: **Ministério do Desenvolvimento Agrário**, 2005. Disponível em: <http://repiica.iica.int/docs/B0624p/B0624p.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2024.

VILLWOCK, A. P. S.; GERMANI, A. R. M.; RONCATO, P. E. S. Questões de gênero no mundo rural e na extensão rural brasileira. **Revista Alamedas**. v. 4, n.1, 2016.

APÊNDICE A - FORMULÁRIO DE PESQUISA

Projeto de Pesquisa: A Educação Superior em Ciências Agrárias e as Relações
Frente ao Êxodo Rural dos Jovens da Região Oeste do Paraná

Pesquisador: Jonas Felipe Recalcatti

Orientador: Dr. Armin Feiden

Este instrumento de coleta de dados faz parte da Tese do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu – Doutorado em Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon. A pesquisa visa estabelecer uma relação entre os cursos de graduação em ciências agrárias e a reversão do processo de migração do jovem rural nos últimos anos na região Oeste do Paraná. É importante ressaltar que será mantido confidencialidade do sujeito e que os dados serão utilizados para fins científicos.

ATENÇÃO: O presente questionário tem como público alvo acadêmicos filhos de agricultores.

CONJUTO 01 – CARACTERIZAÇÃO DO PESQUISADO:

1- Sexo: a) () Feminino b) () Masculino 2- Idade: a) () 18 a 25 anos b) () 26 a 32 anos c) () 32 a 38 anos d) () 45 anos e) () 46 anos ou mais 3- Curso de Graduação: a) () Agronomia b) () Medicina Veterinária c) () Zootecnia	4- Período: a) () 1º período b) () 2º período c) () 8º período d) () 9º período 5- Você mora na propriedade? a) () Mora na propriedade b) () Não mora na propriedade
--	--

CONJUTO 02 – CARACTERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE:

6- Qual a área da propriedade da família? a) () até 4 alqueires b) () de 5 a 10 alqueires c) () de 11 a 20 alqueires d) () de 21 a 29 alqueires e) () maior que 30 alqueires 7- Qual (quais) a(s) atividade(s) econômicas desenvolvidas(s) na	8- Quanto às atividades desenvolvidas na propriedade atualmente, você acredita que a renda obtida é suficiente para manter a família? a) () Sempre b) () Frequentemente c) () Algumas vezes d) () Raramente e) () Nunca
---	---

propriedade? a) () Agricultura b) () Suinocultura c) () Piscicultura d) () Avicultura e) () Pecuária leiteira f) () Turismo rural g) () Agroindústria h) () Outras. Quais? _____	
--	--

CONJUTO 03 – PARTICIPAÇÃO NA PROPRIEDADE:

9- Você desempenha atividades na propriedade? a) () Sim, em tempo integral b) () Sim, concilio os estudos com as atividades na propriedade c) () Sim, concilio o trabalho na cidade com as atividades na propriedade d) () Não. Trabalho apenas na cidade e) () Não. Apenas estudo f) () Outro. Qual? _____ 10- Você participa nas decisões da propriedade? a) () Sou eu que administro a propriedade b) () Tenho espaço para sugerir ideias e elas são consideradas por meus pais c) () Tenho espaço para sugerir ideias mas dificilmente interferem nas decisões que envolvem a propriedade d) () Não costumo opinar sobre o futuro da propriedade 11- Seu trabalho é remunerado? Recebe algo em troca? a) () Recebo pagamento pelo trabalho mensalmente b) () Recebo algo pelo trabalho frequentemente, conforme condições financeiras de meus pais c) () Recebo porcentagem do rendimento das atividades d) () Quando preciso de dinheiro faço o pedido aos meus pais e) () Não recebo pelo trabalho desenvolvido f) () Outra forma de remuneração. Qual? _____ 12- Se você tivesse recursos/dinheiro disponível, onde investiria? a) () Em novas atividades na propriedade b) () Na ampliação/modernização das atividades já desenvolvidas na propriedade c) () Compraria terra d) () Compraria imóveis urbanos e) () Em outra atividade fora da propriedade f) () Nos estudos e/ou outras pretensões pessoais

CONJUTO 04 – PERSPECTIVAS FUTURAS E SUCESSÃO:**13-** Você possui irmãos?

- a) () Sim. Quantos? _____ (homens) _____ (mulheres)
 b) () Não.

14- Algum dos filhos pretende ficar na propriedade?

- a) () Já se sabe quem irá ficar
 b) () Ainda não discutimos sobre isso
 c) () Alguém ficará, mas ainda não se sabe quem
 d) () Provavelmente ninguém ficará
 e) () Ninguém ficará

15- Sua família já discutiu sobre o destino da propriedade quando seus pais não puderem mais trabalhar?

- a) () Sempre
 b) () Frequentemente
 c) () Algumas vezes
 d) () Raramente
 e) () Nunca

16- Seus pais incentivam a permanência sua ou dos filhos na atividade agrícola?

- a) () Sempre
 b) () Frequentemente
 c) () Algumas vezes
 d) () Raramente
 e) () Nunca

17- Sobre o seu futuro, o que você pretende?

- a) () Morar e trabalhar no meio rural sucedendo a profissão dos pais
 b) () Morar no meio rural e trabalhar na cidade
 c) () Morar na cidade e trabalhar no meio rural
 d) () Morar e trabalhar na cidade
 e) () Auxiliar um possível sucessor na administração da propriedade

**CONJUTO 05 – CONTRIBUIÇÕES DO ENSINO SUPERIOR PARA SUCESSÃO:
(Somente para acadêmicos do 8º e 9º períodos)****18-** O conhecimento adquirido até o momento na graduação, tem contribuído para uma possível mudança de visão com relação a permanência na propriedade após a conclusão do curso?

- a) () Sim, antes pretendia migrar para cidade, agora tenho intenção em permanecer
 b) () Não, já decidi em não permanecer na propriedade
 c) () Ainda não analisei a situação em questão

19- O conhecimento adquirido durante a graduação, tem contribuído para que você vislumbre novas perspectivas econômicas com relação a investimentos e crescimento da propriedade?

- a) () Sim, pretendo aumentar as atividades realizadas na propriedade ou melhorar alguns aspectos relacionados a mesma
 b) () Não
 c) () Ainda não analisei a situação em questão

20- Durante a graduação, no decorrer dos períodos você observou o incentivo para permanecer no meio rural, sucedendo as atividades dos pais na propriedade familiar?

- a) () Sim, em disciplinas da matriz curricular do curso
- b) () Sim, em disciplinas eletivas (optativas) do curso
- c) () Sim, por meio de projetos, palestras, cursos de extensão realizados
- d) () Não foi observado incentivo

Agradeço a participação.

APÊNDICE B – TABELA DE CORRELAÇÃO DE SPERMAN

°м	1м	2м	3м	4м	5м	6м	7м	8м	9м	10м	11м	12м	13м	14м	15м	16м	18м	19м	20м	21м	24м
1м	м	0,135361	0,252715	-0,0051	-0,12036	0,077752	-0,01241	-0,04262	-0,00954	0,087239	-0,12678	-0,01825	0,063311	0,449924	-0,40536	0,200292	0,128577	0,129979	0,276771	-0,1313	-0,02609
2м	0,135361	1м	0,18847	0,246851	-0,33449	0,035602	-0,0462	-0,16051	0,058994	-0,04953	-0,15013	-0,2051	0,023292	0,248383	-0,23654	0,194111	0,203962	0,097303	-0,0189	0,028625	-0,00185
3м	0,252715	0,18847	1м	-0,01812	-0,05777	0,029974	0,038378	-0,32745	0,317831	0,077334	-0,20003	-0,1924	0,231657	0,21753	-0,11456	0,131775	0,025918	0,135886	0,019052	-0,04654	-0,03584
4м	-0,0051	0,246851	-0,01812	1м	-0,14638	-0,11742	-0,15421	0,058931	-0,06117	-0,147	-0,02211	-0,07381	-0,17128	-0,09117	0,104532	0,151557	0,532325	0,188912	-0,13256	0,039429	0,308599
5м	-0,12036	-0,33449	-0,05777	-0,14638	1м	-0,06793	-0,02409	-0,03333	0,060344	0,089346	0,149571	0,186967	-0,00087	-0,13008	0,068388	-0,02143	-0,02236	0,038665	0,078983	-0,05674	0,10213
6м	0,077752	0,035602	0,029974	-0,11742	-0,06793	1м	0,117464	0,103564	-0,13358	-0,15973	-0,14924	-0,02582	0,081277	0,287424	-0,26157	0,090962	-0,03827	0,068799	0,118008	-0,00381	-0,10041
7м	-0,01241	-0,0462	0,038378	-0,15421	-0,02409	0,117464	1м	-0,00711	-0,02302	-0,10451	-0,00627	0,048	0,119029	0,057265	-0,04422	-0,17413	-0,12961	-0,07547	0,041841	-0,07244	-0,15537
8м	-0,04262	-0,16051	-0,32745	0,058931	-0,03333	0,103564	-0,00711	1м	-0,4134	-0,05532	0,24323	0,242989	-0,21893	-0,07792	0,029746	-0,13496	-0,12787	-0,08024	-0,19936	0,063233	0,236825
9м	-0,00954	0,058994	0,317831	-0,06117	0,060344	-0,13358	-0,02302	-0,4134	1м	0,123999	0,06561	0,062775	0,076573	0,04664	0,074973	0,013011	0,11268	0,044067	0,062345	0,019169	-0,03303
10м	0,087239	-0,04953	0,077334	-0,147	0,089346	-0,15973	-0,10451	-0,05532	0,123999	1м	0,147422	0,04291	0,046379	-0,09389	-0,07438	-0,06669	-0,02492	-0,04855	0,057146	0,003033	0,052469
11м	-0,12678	-0,15013	-0,20003	-0,02211	0,149571	-0,14924	-0,00627	0,24323	0,06561	0,147422	1м	0,534009	-0,2067	-0,20175	0,177198	-0,19376	-0,11945	-0,04466	-0,09935	0,037826	0,110318
12м	-0,01825	-0,2051	-0,1924	-0,07381	0,186967	-0,02582	0,048	0,242989	0,062775	0,04291	0,534009	1м	-0,21337	-0,12931	0,156864	-0,19402	-0,09506	-0,04102	-0,16353	0,100429	0,097273
13м	0,063311	0,023292	0,231657	-0,17128	-0,00087	0,081277	0,119029	-0,21893	0,076573	0,046379	-0,2067	-0,21337	1м	0,158032	-0,07121	0,045441	0,07021	-0,03256	-0,01617	0,074784	-0,15723
14м	0,449924	0,248383	0,21753	-0,09117	-0,13008	0,287424	0,057265	-0,07792	0,04664	-0,09389	-0,20175	-0,12931	0,158032	1м	-0,53435	0,309139	0,064344	0,167891	0,227149	0,061997	-0,16105
15м	-0,40536	-0,23654	-0,11456	0,104532	0,068388	-0,26157	-0,04422	0,029746	0,074973	-0,07438	0,177198	0,156864	-0,07121	-0,53435	1м	-0,42397	-0,13636	-0,17775	-0,24744	0,00612	0,183315
16м	0,200292	0,194111	0,131775	0,151557	-0,02143	0,090962	-0,17413	-0,13496	0,013011	-0,06669	-0,19376	-0,19402	0,045441	0,309139	-0,42397	1м	0,254805	0,263794	0,132558	0,094114	-0,12487
18м	0,128577	0,203962	0,025918	0,532325	-0,02236	-0,03827	-0,12961	-0,12787	0,11268	-0,02492	-0,11945	-0,09506	0,07021	0,064344	-0,13636	0,254805	1м	0,274685	0,056655	0,089862	0,135587
19м	0,129979	0,097303	0,135886	0,188912	0,038665	0,068799	-0,07547	-0,08024	0,044067	-0,04855	-0,04466	-0,04102	-0,03256	0,167891	-0,17775	0,263794	0,274685	1м	0,102405	0,160817	-0,02934
20м	0,276771	-0,0189	0,019052	-0,13256	0,078983	0,118008	0,041841	-0,19936	0,062345	0,057146	-0,09935	-0,16353	-0,01617	0,227149	-0,24744	0,132558	0,056655	0,102405	1м	-0,33848	-0,09851
21м	-0,1313	0,028625	-0,04654	0,039429	-0,05674	-0,00381	-0,07244	0,063233	0,019169	0,003033	0,037826	0,100429	0,074784	0,061997	0,00612	0,094114	0,089862	0,160817	-0,33848	1м	-0,15251
24м	-0,02609	-0,00185	-0,03584	0,308599	0,10213	-0,10041	-0,15537	0,236825	-0,03303	0,052469	0,110318	0,097273	-0,15723	-0,16105	0,183315	-0,12487	0,135587	-0,02934	-0,09851	-0,15251	1м